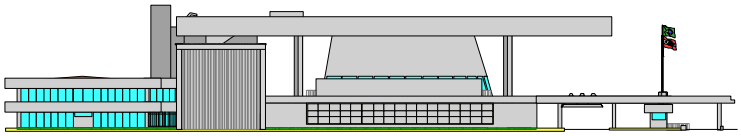
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII FLORIANÓPOLIS, 11 DE DEZEMBRO DE 2008 NÚMERO 5.978

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dado Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
Marcos Vieira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
Serafim Venzon
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Jean Kuhlmann - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Professora Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 1978**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE

Publicações Diversas
Audiência Pública.....2
Ata de Comissão Permanente.....
.....11
Aviso de Resultado.....12
Extratos 12
Projetos de Lei.....13
Relatório 13

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PARA DISCUTIR SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11,738 QUE CRIOU O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL, REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS (ALESC)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Queremos, inicialmente, dar as boas-vindas aos professores e às professoras; às educadoras e aos educadores do Estado de Santa Catarina; aos demais profissionais e às lideranças.

Damos início a esta audiência pública, protagonizada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, aprovada na Assembléia Legislativa por iniciativa da bancada do Partido dos Trabalhadores, com o apoio dos demais parlamentares, para discutir sobre a implementação da Lei 11.738, que criou o piso salarial profissional nacional do Magistério público da educação básica.

Já de antemão, logo após compormos a mesa desta audiência pública, vamos definir a sua metodologia, definir como ela vai funcionar, para que seja a mais democrática possível. Então, sejam todos bem-vindos a esta audiência pública, que vai discutir o piso salarial profissional nacional dos professores da educação básica.

Para compor a nossa mesa, inicialmente convido os deputados do Parlamento catarinense e do Congresso Nacional: deputado estadual Décio Góes, um dos proponentes desta audiência pública, da bancada do Partido dos Trabalhadores; deputado estadual Sargento Amauri Soares; deputada estadual Professora Odete de Jesus, professora e educadora; nossa querida companheira, senadora da República Ideli Salvatti, educadora, professora, ex-parlamentar da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (*palmas*); deputado federal de Santa Catarina Cláudio Vignatti, que também participou da construção do piso nacional (*palmas*); o coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), professor e educador Danilo Ledra; e, representando a direção da CNTE, a diretora Marta Vanelli. (*Palmas.*)

Agradeço e registro a presença do senhor Neudi Giachini, presidente estadual da Central Única dos Trabalhadores; e da senhora Raquel Felau Guisoni, diretora da CNTE e representante também da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Na medida em que o cerimonial for anunciando a presença das lideranças, nós as iremos registrando.

O tema objeto da audiência pública é conhecido de todos vocês, e o primeiro ponto é que tem que ser a mais democrática possível para que o máximo de lideranças possa se manifestar. Tradicionalmente começamos passando a palavra aos membros da mesa e, imediatamente, a todos os participantes, e aí a assessoria da nossa Comissão estará fazendo as inscrições. Estimamos duas horas de duração para esta audiência pública, que está sendo transmitida ao vivo pela TVAL.

Então pediríamos aos que vão falar (não só para as notas taquigráficas, mas também para a televisão) para fazerem a sua identificação, principalmente para que na documentação escrita da Assembléia Legislativa sejam identificadas as diferentes falas e posições que aqui serão externadas.

Então, a dinâmica proposta pelos deputados é que primeiro falem os membros da mesa e em seguida a plenária. Vamos fazer assim?

(*A senhora Joaninha de Oliveira manifesta-se fora do microfone: "Eu quero saber cadê a representação do governo do Estado?" Palmas.)*

Este parlamentar que coordena a audiência pública só pode convidar para participar da mesa quem está presente. Até este momento o governo do Estado não se fez presente neste auditório, e a Secretaria da Educação, o secretário da Educação e o governo do Estado foram oficialmente convidados. Mas logo que a assessoria identificar a presença da representação do Estado, nós a convidaremos para participar da mesa, para fazer uso da palavra como todos os demais membros da mesa e da plenária. Todos concordam? (*A plenária aquiesce.*) Então, logo que se fizer presente a representação do governo do Estado, nós a convidaremos para fazer parte dos trabalhos aqui na mesa.

Vamos conceder aos membros da mesa algo em torno de três a quatro minutos, e assim ficaremos com o tempo aproximado de trinta minutos, em seguida passaremos à plenária. Vamos tentar manter esse tempo para os membros da mesa para que a plenária possa ter uma hora e meia para encaminhamentos. Assim, contamos com a sensibilidade de cada membro da mesa para que possamos construir os diferentes pronunciamentos.

Portanto, passo a palavra aos meus colegas deputados estaduais, que foram os responsáveis por este espaço e pela decisão política de realizar esta audiência pública.

Com a palavra o deputado Décio Góes, para que possa fazer a sua saudação inicial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Inicialmente faço minha saudação a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras da educação que atenderam ao convite para participar desta audiência pública, mesmo porque também a solicitaram. Os meus agradecimentos pela presença de todas as regiões do Estado aqui representadas. A minha saudação aos componentes da mesa e a todos os nossos telespectadores da TVAL.

Quero dizer que esta é uma luta importante, mas a gente vê um total (sem exagero) desinteresse do governo do Estado para discutir essa questão, especialmente por parte da Secretaria da Educação.

Ontem, em função do Dia dos Professores, eu falei (e outros deputados também falaram) na questão do piso, essa grande conquista que temos a partir de todas as lutas históricas que os movimentos dos trabalhadores da educação fizeram. O governo do Estado tem insistido em não compreender o conceito do piso, tanto na questão do salário, sem os benefícios, quanto nas questões das condições de trabalho. O governo do Estado tem tido essa resistência!

Outro dia entreguei ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal, a tabela do Sinte que mostra os salários a partir dos ACTs de R$ 509,00. Ele ficou de me dar uma explicação e dizer como o governo vai chegar aos níveis propostos pela lei. Isso aconteceu há mais de um mês, talvez dois meses, mas até agora não obtivemos nenhuma resposta. Também hoje, fazendo uma análise no plenário do Orçamento do Estado proposto para 2009, não se percebe nenhum sinal de revisão salarial ou da implementação do piso nacional para os professores de Santa Catarina.

Então é preciso mobilização, é preciso fazer essas manifestações para colocar na pauta do governo do Estado de Santa Catarina esse assunto, a fim de que ele pare de ignorar essa nova realidade que se vislumbra para a educação, que visa trazer mais qualidade para o nosso ensino público. Essa é uma grande tarefa nossa.

Eu queria colocar o nosso mandato à disposição dessa luta e parabenizar todos vocês. Vamos em frente, vamos à luta, e o governo do Estado precisa de um chacoalhão, porque ele está fazendo de conta que não tem ouvidos, que não escuta, mas precisa ouvir e escutar porque é um direito já conquistado e precisamos que esse direito vire realidade.

Um abraço e boa audiência para nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Inicialmente cumprimento todos os companheiros e todas as companheiras do Magistério aqui presentes; o deputado Pedro Uczai, propositor desta audiência pública na Comissão de Educação; os demais deputados que também participam da Comissão; o deputado Décio Góes; a deputada Professora Odete de Jesus; o deputado federal Cláudio Vignatti; a senadora Ideli Salvatti; o nosso companheiro Danilo Ledra, coordenador estadual do Sinte; a Marta Vanelli, da CNTE; todos os dirigentes e militantes do movimento sindical do Magistério e demais entidades sindicais aqui representadas.

Eu quero parabenizá-los pela mobilização, porque a gente sabe a dificuldade que é a construção desse processo de mobilização e a permanência nessa condição de categoria mobilizada, que é uma necessidade de todos nós, servidores públicos do Estado de Santa Catarina, dos municípios e também dos servidores federais.

Quero convidar todos vocês para participarem de um ato em defesa do serviço público que acontecerá hoje, às 16h. A concentração se dará aqui na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembléia Legislativa. É um ato organizado pelo Mucap (Movimento Unificado Contra a Privatização), do qual muitos já ouviram falar ou já participaram na década passada, no governo Fernando Henrique, quando se privatizavam as coisas: empresas públicas produtoras de mercadorias, como energia elétrica e telecomunicações.

O Mucap surgiu para resistir a essa ofensiva da política de privatização. Perdemos a Eletrosul e a Telesc, mas, por conta desse movimento e das lutas, a Celesc não foi privatizada, assim como outras empresas não foram. Agora, na presente década, estão privatizando os serviços. Como as coisas acabaram, querem privatizar os serviços e as pessoas. E aí temos aqui no Estado, na área da educação, a terceirização das merendeiras e dos serventes das escolas; na saúde temos os contratos de gestão do Estado com grupos privados para gerenciar órgãos públicos, com dinheiro público, evidentemente, temos a terceirização das cozinhas e das lavanderias dos hospitais (coisas esquisitas, como lavar as roupas do hospital de Lages aqui em São José ou dos hospitais de Joinville em Brusque), e chamam isso de racionalidade; temos também o Hospital Universitário, que está ameaçado em todo o Brasil, inclusive aqui em Santa Catarina, por uma proposta do ministro Temporão, da Saúde, da criação de mais um ente jurídico fantasmagórico chamado fundação estatal de direito privado; na segurança pública temos a proposta, que vimos resistindo de todas as formas na Associação dos Praças, de soldado temporário, ou seja, a criação do subsoldado com um subsalário - mais sub do que já é o nosso, inclusive -, e a privatização do Corpo de Bombeiros, inclusive está aqui na Assembléia Legislativa a PEC 5.6 que cria a possibilidade de se criar bombeiros voluntários - chamam de voluntários, mas, na verdade, são empresas privadas.

Então esse movimento se reorganizou agora, neste ano, para estruturar a luta contra a privatização dos serviços e contra a "privatização dos servidores", que é entregar os serviços públicos para uma empresa privada, um grupo privado administrar, que é o que está acontecendo na área da saúde - por isso esse ato hoje, às 16h. Portanto, a participação de todos é fundamental.

A Lei 11.738, sancionada com alguns vetos no dia 16 de julho de 2008, é uma lei importante, pois estabelece que até janeiro de 2010, no máximo, os governos estaduais, o Distrito Federal e os municípios não podem ter piso menor do que R$ 950,00, e a gente sabe que isso não é uma realidade para a maioria dos Estados e dos municípios brasileiros. Em alguns Estados e municípios já tem até mais que o piso - no município de Florianópolis é mais, no Distrito Federal é mais, em São Paulo é mais. Aqui em Santa Catarina o piso é menor, vocês sabem tanto quanto eu, ou mais que eu, então a importância dessa lei, que vem para tentar disciplinar, organizar uma política nacional de remuneração dos trabalhadores na educação básica.

Alguns elementos na lei criam alguma dificuldade. Por exemplo, em seu artigo 3º, parágrafo 2º, diz que até 31 de dezembro de 2009 os governos podem considerar vantagem pecuniária, paga a qualquer título, como parte desse piso. Ou seja, até 31 de dezembro do ano que vem o governo do Estado e os municipais podem botar um abono, mais outro abono, mais o castigo Educar, que chamam de prêmio, para compor os R$ 950,00. Essa possibilidade foi criada aqui na lei.

De qualquer forma é uma conquista, porque se em 2010 for garantido que isso não pode acontecer, que efetivamente tenha que estar como piso, como salário, como remuneração permanente, fixa, para sempre, é uma conquista.

Outra dificuldade é que a lei não estabelece - e também seria difícil que uma lei federal estabelecesse para todas as realidades estaduais, regionais, municipais - como ficará a carreira, porque a gente conhece os vícios e as vontades do governo do Estado de achatar as carreiras, e a lei não cria uma amarra, uma garantia de que ele não fará isso. Então o governo do Estado pode garantir o piso, mas não garantir o teto; pode desmontar ainda mais a carreira do Magistério estadual.

Aqui não está garantido e, como sempre, vai depender da luta de vocês, da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, da luta do povo. Nós, evidentemente, estaremos sempre à disposição de todos, da mesa, à disposição dessa luta. Mas dependerá dessa luta para construir efetivamente um piso estadual de salário, para garantir também um plano de carreira que não produza o achatamento salarial, a destruição, o desmonte da carreira do Magistério estadual em Santa Catarina.

Desculpem-me por eu ter me alongado, mas estamos à disposição desse debate e dessa luta com vocês.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, deputado Sargento Soares.

Antes de passar a palavra para a deputada Odete, quero registrar e agradecer a presença do vereador da Capital do Estado, Márcio de Souza, que é vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal; da Clarissa Peixoto, nossa presidente da União Catarinense dos Estudantes; e da senhora Jucimara Thomás, representando aqui o deputado estadual Padre Pedro Baldissera, também proponente desta audiência pública. (*Palmas.*)

Com a palavra a senhora deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (SC) - Em primeiro lugar eu quero cumprimentar o proponente desta brilhante audiência pública, o colega deputado professor Pedro Uczai; os demais integrantes da Comissão; todos os componentes da mesa, em especial a nossa senadora da República, minha colega professora Ideli Salvatti, que eu tenho certeza muito lutou para que essa lei fosse sancionada e regulamentada.

Quero dizer para todos os professores, meus colegas, que a luta do professor vem de longa data. Eu posso falar porque tenho 34 anos de Magistério, de atuação. Quero dizer para vocês que foi preciso, que foi necessário um presidente que olhasse com carinho para a classe, que é a base para a formação para todas as profissões; foi necessário esse presidente olhar com carinho para os professores para que a realidade do professor mudasse. Então, eu quero dizer para todos: vocês saíram de vossos municípios, viajaram, estão cansados, mas vale a pena vocês estarem aqui, porque vocês vão poder questionar, vão poder sair daqui bem esclarecidos. Nós sabemos que muitos governadores se mobilizaram (através da mídia nós tomamos conhecimento), inclusive a governadora do Rio Grande do Sul - que é uma mulher e que me deixou muito envergonhada - mobilizou outros governadores para que não aceitassem nos seus Estados essa lei. Mas lei tem que ser executada e não engavetada. Por isso vamos nos unir, porque o que mais sonhamos é o reconhecimento do Magistério, o que é muito justo.

Não quero me alongar. Já falei muito, principalmente sobre essa lei, já parabenizei o governo federal...

Vou deixar uma proposta à senadora, porque ainda temos que ver a situação dos professores que estão dentro e fora da sala de aula. Tenho certeza que a senadora irá trabalhar e nos trazer respostas, porque se ela não estivesse lá no Senado (eu sei que uns vão gostar e outros não, mas tenho que falar a verdade), se não tivesse uma professora lá, uma mulher que gemeu, sofreu, que sabe o que é (*manifestação da plenária*)... Vocês podem rir, pular e falar, mas eu tenho que falar, tenho que provocar uma reação.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - A deputada Odete sempre conseguindo boas reações das plenárias.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (SC) - Se não tivéssemos alguém da área lutando em Brasília, não teríamos essa grande conquista.

Faço uma proposta à senadora Ideli, e depois a ouviremos: precisamos regulamentar e saber como ficarão os professores com licenciatura e os aposentados, pois eles têm experiência, eles plantaram, trabalharam e também devem ser reconhecidos.

Os colegas parlamentares aqui sabem que quando os professores receberam o prêmio, nós, da Oposição, marcamos oposição firme, brigamos pelos aposentados e eles foram reconhecidos. Então nós vamos continuar lutando e vamos querer o reconhecimento daqueles que têm licenciatura e dos aposentados.

Finalizo aqui para que vocês e os outros integrantes da mesa também possam fazer uso da palavra.

Parabéns a vocês por estarem aqui. A luta continua e a união faz a força. Um abraço. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, deputada Odete.

Quero agradecer e registrar a presença da senhora Schirlei Azevedo, representando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina. (*Palmas.*)

Com a palavra o deputado federal Cláudio Vignatti.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CLÁUDIO VIGNATTI (SC) - Boa-tarde a todos e a todas. Quero fazer minha saudação inicialmente ao deputado Pedro Uczai, proponente desta audiência pública; aos deputados Sargento Amauri Soares e Décio Góes; à deputada Odete; à senadora Ideli Salvatti; e aos dois professores que compõem a mesa, Marta e Danilo.

Primeiro eu quero dizer, Pedro Uczai, que de certa forma é lamentável que a gente não possa ter num debate igual a este, democrático, a presença do governo do Estado, porque ele se faz necessário num debate público igual a este, que depende essencialmente dos Estados e dos municípios a regulamentação e implementação do piso. É lamentável a ausência do governo do Estado de Santa Catarina nesta mesa, neste espaço democrático, importante, quando temos aqui representação dos professores de todo o Estado de Santa Catarina.

A segunda questão que acho importante ter presente (embora, claro, já seja do conhecimento de muita gente aqui) é que acabou de ser aprovada ontem a política de correção do piso - e correção do piso pelo INPC. Nós sabemos que esse piso não é o piso ideal que a gente gostaria de construir para o Magistério brasileiro, mas negociar com os governadores e com os prefeitos do Brasil... Muitas vezes o salário básico numa escola é de R$ 100,00 e eles arrumam um monte de abonos para construir um entendimento e se chegar a um salário mínimo em vinte horas. Porque é isso que se faz no Brasil inteiro. E ontem, quando da aprovação, houve toda uma pressão articulada, inclusive do presidente nacional da Frente de Prefeitos no Brasil e de vários governadores, que vão entrar com uma ação de inconstitucionalidade contra este piso, porque não querem pagar nem esse piso no Brasil.

Então, infelizmente a gente está sofrendo essa pressão. O Congresso Nacional e muitos parlamentares com várias emendas diferentes tinham a compreensão que o piso teria que ser maior para o Magistério brasileiro, até pelas diferenças nacionais que nós temos.

Precisamos trabalhar arduamente para a implementação desse piso, fazer o enfrentamento qualificado a esses governadores, à Frente Nacional dos Prefeitos nessa questão, à Confederação Nacional dos Prefeitos; nós precisamos envolver a Fecam nesse processo em Santa Catarina também. Pedro Uczai, você já foi presidente, quando prefeito de Chapecó, da Fecam - dos bons prefeitos que pagam salários melhores, que pagam inclusive acima do piso hoje, e que têm essa compreensão para fazer um enfrentamento nacional.

Acho que Santa Catarina, infelizmente, tem um dos piores salários dos educadores do Brasil, com todas as nossas realidades socioeconômicas. Quando a gente fala de Santa Catarina, aliás, quando fala em Santa Catarina e em Brasília: "Não, vocês são a Europa brasileira." Tem-se essa compreensão.

Quando a gente fala da nossa realidade socioeconômica, quando se começa a falar daquilo que se paga para o Magistério, em outras realidades do Estado brasileiro, das políticas do Estado brasileiro, começa-se a compreender as diferenças que existem em Santa Catarina. E eles muitas vezes não imaginam que se paga tão mal aos professores, ao servidor público, num Estado que é chamado de tão rico; e que se faz tanta remissão fiscal ao setor empresarial neste Estado, em vez de se fazer arrecadação tributária muitas vezes para pagar melhor os próprios servidores públicos.

Acho que na implementação do piso há uma necessidade de construir uma unidade de enfrentamento, nessa questão, ao governo do Estado. Santa Catarina tem que sair na frente, mas só vai sair na frente (eu não tenho dúvidas) se a gente conseguir construir uma grande unidade em torno das categorias dos servidores públicos. Porque o piso do Magistério é uma luta dos professores, mas tem que ser uma luta do serviço público, porque é a primeira categoria que conquista um piso na Constituição Federal na história deste País - esse é um avanço, para mim, significativo.

Também que a gente consiga aprovar depois no plenário, pois já foi aprovada nas comissões, a correção do INPC para de fato garantir que todo ano não tenha problema da implementação da correção dos pisos nos Estados. Mas que nós possamos construir uma mobilização nacional para aprovar o INPC.

Então, podem contar com o nosso apoio, a nossa contribuição nesse sentido, daquilo que a gente possa ajudar. Mas como já tive o meu momento de ser sindicalista há oito anos, eu sei que isso só é possível se conseguirmos construir uma articulação conjunta da categoria dos professores do Estado de Santa Catarina, para de fato implementarmos e fazermos funcionar o piso aqui, um dos primeiros Estados brasileiros. Santa Catarina teria que ter essa obrigação, esse dever para a realidade socioeconômica, pela arrecadação do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado deputado Cláudio Vignatti.

Passo a palavra à senadora da República, professora, educadora, Ideli Salvatti. *(Palmas.)*

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - Boa-tarde a todos os meus companheiros e companheiras do Magistério catarinense.

Quero cumprimentar os meus colegas parlamentares, o deputado Pedro Uczai, idealizador desta audiência; o deputado Décio Góes; o deputado Sargento Soares; a deputada Odete; o deputado federal Cláudio Vignatti, com o qual compartilho as atividades no Congresso; mas quero cumprimentar de forma muito carinhosa o Danilo, que é o presidente atual desse Sindicato que eu muito me orgulho de ser uma das fundadoras. Da mesma forma, quero cumprimentar a minha querida Marta Vanelli, que representa aqui a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), da qual eu também muito me orgulho de ser uma das fundadoras; e o Neudi, representando a CUT (Central Única dos Trabalhadores), da qual eu também me orgulho de ser uma das fundadoras. Todo mundo já está vendo o quanto eu já estou velha, né?

E nessa questão do piso nacional, eu me sinto mais velha ainda, porque a primeira greve da qual eu participei na minha vida como professora e que já tinha como pauta o piso nacional do Magistério foi em 1983, há 25 anos. Nós estamos brigando no mínimo há 25 anos para ter uma lei instituindo um piso nacional para os professores em todo o Brasil.

E desde a antiga CPB (Confederação dos Professores do Brasil), que depois foi transformada em CNTE, nós tínhamos clareza de por que era necessário ter um piso nacional. Porque não era possível a gente ficar fazendo greve, manifestação, passeata, reivindicação, Estado por Estado, município por município, sem ter algo que nos unificasse, algo que nos desse essa condição de brigarmos todos, ao mesmo tempo, pela mesma causa.

Acho que mais importante do que o valor, mais importante do que significa a palavrinha e a vírgula lá na lei, é que hoje, no Brasil inteiro, está havendo mobilização pela mesma palavra de ordem: implantação da lei do piso nacional do Magistério, a partir de 1º de janeiro. No meu ponto de vista, esta é a vitória que nós temos que comemorar.

Ter a lei é a vitória que nos vai permitir ter a luta nacionalizada, unificada, em todos os municípios e em todos os Estados; que vai nos permitir a força, inclusive de superar os R$ 950,00, que é um valor pequeno; a questão de um terço de hora-atividade que eles querem entrar no Supremo e derrubar; a questão dos aposentados que conseguimos colocar na tramitação no Congresso, mas que eles também querem derrubar. Então, é essa, no meu ponto de vista, a coisa mais importante.

As divergências dentro do Sinte, gente! Não venham me dizer, porque eu as conheço, todas, todas! Todas as nossas polêmicas, todas as nossas correntes, todos os nossos embates, combates e debates. Agora, nós não podemos deixar de lado e considerar como menor essa que é a grande vitória do Magistério nessas últimas três décadas, que é ter uma lei nacional que obrigue a todos a pagar o mínimo e a partir disso a gente ter a condição de ir todos brigando para melhorar.

Eu quero dizer que só foi possível ter o piso porque nós vencemos uma batalha anterior. Qual foi a batalha anterior? Foi o Fundeb, porque com o Fundef (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) só tinha garantia de financiamento de 1ª a 8ª série. E a educação infantil estava fora, que contempla a maioria das prefeituras, assim como o ensino médio estava fora, que tem uma boa parte na rede estadual. Então, a partir do momento que nós conseguimos aprovar o Fundeb, que pega, garante, exige, diz a fonte, carimba o dinheiro, desde a educação infantil até o ensino médio... E uma coisa muito importante é que no Fundeb e na lei do piso tem a garantia: se o Estado ou o município comprovadamente não puderem pagar o salário dos professores a União complementa.

Portanto, não só temos a fonte, a receita carimbada, como tem, comprovadamente... E aí tem que comprovar, não pode ficar como nós escutamos todo dia que não pode pagar. Inclusive o Juliano Giassi Goulart, que é economista, fez uma pérola de análise da proposta de Orçamento do governo do Estado, então eu sugiro a vocês que peçam à assessoria da bancada do PT o que foi mandado para esta Casa para ser votado. Para que vocês tenham a idéia, o Orçamento do ano que vem, para 2009, tem nada mais nada menos do que 14,10% a mais de arrecadação. A inflação não chegou a 5% nesse período, ou seja, é quase três vezes mais de arrecadação do que a inflação. Então, como é que não pode pagar? De onde vem essa idéia de que não vai ter dinheiro se na própria proposta de Orçamento tem um crescimento de arrecadação na ordem de 14,1%?

A história da renúncia fiscal, Vignatti, é outra pérola. Ou seja, eles abrem mão de arrecadar, dão isenção fiscal na ordem de 2,8 bilhões, o que corresponde a 23% do que o Estado vai arrecadar. Um quarto eles dão de isenção. Dão isenção para o empresário e aí querem cobrar nas costas dos professores da educação? Nós não podemos admitir isso.

Então, a peça orçamentária é a maior prova de que o governo de Santa Catarina tem condição; e mais, tem a obrigação de pagar o piso sem chiar, sem chiar! *(Palmas.)*

Por último, quero apenas dizer a vocês, com toda sinceridade, que aquilo que o Vignatti relatou é a verdade. Essa grande vitória de ter conseguido a lei, inclusive colocar na lei, já que não era a proposta inicial, porque o presidente Lula sabia de todas as dificuldades que era aprovar uma lei que mexia fundamentalmente... Porque é o seguinte: o governo federal tem poucas escolas de educação básica, a maioria pertence a Estado e município. Portanto, ele estaria fazendo uma lei para a maioria dos governadores e prefeitos cumprirem, obrigatoriamente. Ele sabia da dificuldade e alertou-nos muitas vezes. Mas conseguimos incluir os aposentados e um terço de hora-atividade na lei do piso - e eles vão tentar derrubar, de todas as formas possíveis, essas conquistas. Por isso nós vamos ter que estar mobilizados, sim, muito articulados e principalmente ocupando todos os espaços.

Não veio ninguém aqui do governo do Estado? Não veio? Nós temos que denunciar que não veio *(palmas)*. Tem que ir pra cima, tem que fazer o que o nosso sindicato sempre fez, que é marcar cerrado, não permitir.

Eu queria ter gravado, gente. Pena que eu ainda não aprendi a gravar no celular. Mas hoje pela manhã eu fui à inauguração da adutora da Casan, o governador estava lá fazendo um belíssimo discurso, elogiando o Estado, dizendo que está crescendo e tal, e orgulhosamente disse o seguinte: "O crescimento do Estado de Santa Catarina é igual ao crescimento chinês; e o nosso IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é maior que o do Chile, que é o melhor da América Latina" *(manifestações simultâneas ininteligíveis)*. Então, isso não é compatível com o salário de miséria para o professor *(palmas)*. Por isso que a gente tem que pegar junto, firme. Essa é a nossa grande chance, porque vamos estar em todos os Estados e municípios brigando pela mesma causa, com o mesmo objetivo.

Estamos de parabéns! É isso que temos de ter depois de tantas lutas e greves. Eu não sei se gemi muito, Odete *(risos)*, agora acampar aqui na Assembléia Legislativa, dormir, fechar a ponte, isso nós fizemos muito. Está na hora de relaxarmos e aproveitarmos um pouquinho depois de tanta luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, senadora Ideli.

Registramos e agradecemos a presença do Erlédio Pening, representante da deputada estadual Ana Paula Lima, destacando que a origem da proposição desta audiência pública partiu dessa deputada juntamente com os deputados Dirceu Dresch, Décio Góes, Jaílson Lima e Padre Pedro, que compõem a bancada do PT na Assembléia Legislativa.

Também se faz necessário registrar o ofício recebido do secretário de Estado Onofre Santo Agostini, que nos parabeniza e justifica a sua ausência. Da mesma forma o deputado federal Carlito Mers nos deseja uma boa audiência pública.

Concedo a palavra ao senhor Danilo Ledra, presidente do Sinte.

O SR. DANILO LEDRA - Primeiro, na pessoa do coordenador da mesa, Pedro Uczai, gostaria de cumprimentar todos os integrantes da mesa, especialmente todas as trabalhadoras e trabalhadores em educação aqui presentes neste dia tão importante para a gente, em função do que estamos discutindo aqui.

Quero colocar a necessidade de a gente voltar a dizer, apesar de tantas vezes ser dito isso, de quanto valor tem o trabalho do professor no âmbito da sociedade. Não existe talvez um único vereador, um único deputado, um único senador, ou prefeito, governador, presidente neste país que não reconheça nos seus programas, nos seus discursos, nas suas promessas, o grande valor social que tem o professor. E não são somente os políticos que reconhecem isso, toda a sociedade reconhece.

Inclusive nos últimos tempos não só o valor social vem sendo ressaltado, mas o próprio valor econômico, pois é comum a gente ouvir que país que não investe na educação não se desenvolve, não desenvolve a sua economia, não cresce etc. Já extrapolamos o valor social. Hoje temos também o valor econômico. Por isso, hoje não se diz mais gastos com educação, diz-se investimento em educação.

E jamais poderemos esquecer também o nosso valor político. E a nossa categoria tem tido um valor político inestimável neste Estado porque tem sido uma das poucas categorias que tem ido à luta pela real valorização da escola pública deste Estado, tem tido a coragem de enfrentar todas as políticas educacionais que apontam para o desmonte da escola pública que vem sendo desencadeada por esse governo. Portanto, temos dado uma grande lição política para a sociedade catarinense, e em razão disso também temos que ressaltar o valor político da nossa categoria.

O problema é que existe uma grande contradição entre o que se diz, o que se programa, o que se promete e o que se faz concretamente com essa categoria. Infelizmente o valor que é atribuído a nós através do discurso não é o valor atribuído a nós concretamente no final do mês através do nosso salário. Infelizmente há uma grande contradição aí, há um vácuo enorme entre essas duas práticas: o discurso e o que se faz concretamente neste país em relação aos professores.

Independentemente disso, nós não podemos deixar de ressaltar o esforço que cada um de nós faz cotidianamente para garantir o mínimo de qualidade possível na educação das crianças e da população em geral de Santa Catarina, porque é graças ao esforço de cada um de nós que ainda hoje a escola pública tem alguma qualidade. Se fôssemos considerar os nossos salários e a nossa condição de trabalho, talvez essa qualidade seria muito inferior do que é hoje. E esse esforço se revela cada vez que o Sindicato chama a categoria para a luta. E geralmente ela comparece massivamente, como hoje, porque é uma categoria que luta pelo seu reconhecimento e pela sua valorização no dia-a-dia na escola, esforçando-se para além do que tem tido como reconhecimento.

E aí vem a lei do piso, que criou toda uma expectativa para a nossa categoria. O que dizer dessa lei do piso? A gente fica pensando... Tem uma coisa pra mim que é fundamental dizer para a categoria, sem medo nenhum de errar: a lei é totalmente insuficiente se não houver mobilização e luta da nossa parte.

O direito a um piso existe na Constituição Federal desde 1988. São vinte anos que nós temos direito a um piso! Imaginem vocês: se nós esperamos vinte anos para que se concretizasse a regulamentação do direito ao piso, quantos anos será que vamos ter que esperar, se depender dos nossos governantes, para que essa regularização se concretize na prática? É essa a pergunta que nós temos que fazer. E a resposta vai depender do nosso grau de organização e da nossa capacidade de mobilização. Nós não temos dúvida disso! O que nos faz dizer isso, entre outras coisas, é o fato de o governo não estar aqui representado. Ou seja, não tem vontade política nenhuma de implementar o piso no Estado. Só vai implementar se for forçado a isso, e aí vai depender da nossa organização e da nossa luta.

Tem mais uma coisa que é importante a gente sair daqui esclarecido: quando a gente diz que a lei não é suficiente para garantir uma valorização à nossa categoria é porque a lei não entra nos detalhes de como deve ser implementada no Estado. Portanto, dependendo da forma como ela for implementada em Santa Catarina, poderemos até ter algum benefício de imediato, mas em longo prazo; e a nossa carreira corre sérios riscos, dependendo da forma como for implementada.

Por que eu digo isso? Porque existe um fato que precisamos considerar na situação em que a gente vive hoje: o nosso piso é inferior ao piso nacional, mas a nossa remuneração, inclusive a de quem está iniciando a carreira, é superior ao valor do piso nacional. Portanto, o governo pode se utilizar dessa situação para implementar o piso em Santa Catarina de uma forma que lhe custe muito pouco e que ao mesmo tempo ataque frontalmente a nossa carreira.

Se nós pegarmos todos os penduricalhos que recebemos na nossa remuneração e somarmos ao vencimento de cada um, independentementede quantos anos temos de carreira ou de onde estamos localizados na tabela salarial, automaticamente o governo do Estado passa a pagar o piso em Santa Catarina.

E o que vai aumentar na nossa remuneração se ele deixar de pagar R$ 100,00 como abono e pagar R$ 100,00 como vencimento? Praticamente nada! O ganho financeiro que vamos ter é mínimo. Nós só vamos ter um ganho lá no valor nominal da Regência, porque daí os 40% ou 25% da Regência vão incidir sobre um vencimento que é maior e, portanto, vai ter um valor nominal maior - o mesmo na questão do triênio, em que também vai acontecer a mesma coisa. O triênio vai incidir sobre o vencimento, que vai aumentar um pouco; portanto, o triênio vai ter um valor nominal maior.

Então, a gente vai ter um benefício imediato, mas um prejuízo enorme para a nossa carreira, porque ao invés do que ocorre hoje (a gente salta de uma letra para outra depois de três anos de efetivo exercício na escola, depois de fazermos 80 horas de curso de atualização), ao invés de a gente ganhar 2,75% de reajuste no nosso salário, nós vamos ganhar apenas 1,7%. E ao invés de termos uma diferença que hoje é em torno de R$ 1 mil entre o menor salário e o maior salário, nós vamos ter uma diferença menor, em torno de R$ 700,00. Ou seja, a nossa tabela vai ser frontalmente achatada e, portanto, a nossa carreira será desvalorizada.

Por isso que eu não tenho medo de dizer que a lei é, sim, insuficiente. Essa lei vai garantir avanços e benefícios para a nossa categoria se o piso que foi aprovado em nível nacional for implementado da forma que o Sindicato vem defendendo. Isso significa pagar dois terços da diferença entre o valor do piso que é pago hoje e o valor nacional, a partir de janeiro de 2009, sem considerar os penduricalhos que nós recebemos. Se ele quiser extinguir abono, prêmio, tudo bem! Pode extinguir! Mas pague os dois terços da diferença em cima da tabela salarial que existe hoje, sem modificá-la em situação alguma, sem modificar, de qualquer maneira, essa tabela. Com isso nós teremos um benefício salarial, sim, não temos dúvida.

Além disso, também, é claro, a gente quer que seja implantado neste Estado o um terço da hora-atividade. E isso, para quem trabalha 40 horas, significa deixar de dar 32 aulas em sala de aula e passar a dar 26 aulas - e isso a gente quer que seja implantado a partir do ano que vem. Com certeza muitos governadores e muitos prefeitos não conseguem enxergar a necessidade e a importância dessa medida, não só para a qualidade do ensino - eu me arriscaria a dizer aqui: para salvar a nossa categoria, porque os professores, hoje, em função das condições de trabalho em que atuam e até em função do seu salário, têm tido um processo de adoecimento que assusta qualquer um que vá verificar os números. São milhares de licenças tiradas neste Estado todo mês para tratamento de saúde, justamente por causa dessa situação que a gente vive em termos de condições de trabalho. E o aumento da nossa hora-atividade com certeza aliviaria essa situação e resolveria um problema que vem crescendo ano após ano no âmbito da nossa categoria. Infelizmente os governadores e os prefeitos, quando enxergam essa medida, visualizam apenas o aumento do custo que isso vai significar para os cofres públicos. Infelizmente!

Estão pedindo aqui para eu concluir, a gente teria outras coisas para colocar... Eu queria dizer, para encerrar, pra gente não se iludir com o que está escrito na lei, em termos de complementação da União, porque a lei é muito clara, ela coloca a possibilidade de complementação da União, mas num limite muito estreito. Por exemplo, para o ano de 2009 há uma previsão de que o Fundeb seja constituído em torno de R$ 48 bilhões. Essa complementação que está prevista na lei do piso está diretamente relacionada com a complementação da União em relação ao Fundeb, e no percentual de 10%.

Portanto, a complementação da União não é ilimitada. Há alguém que não tem dinheiro para pagar e a União vai lá e complementa, independentemente ser prefeitura ou Estado, não é bem assim. A União tem um valor máximo que vai complementar, que é de R$ 4.8 bilhões, e ela já vem complementando o Fundeb hoje, em torno de R$ 3 bilhões, sem estar sendo pago o piso. Então, vai crescer aí um pouco mais, em torno de R$ 2 bilhões, essa complementação para poder bancar o piso para mais de 5 mil municípios e 27 Estados. E com certeza essa complementação não será suficiente se governos e municípios não aplicarem o dinheiro da Educação corretamente.

Quero dizer uma coisa: diante do que está colocado aqui nesta mesa, diante do fato de o governo do Estado estar se negando a sentar com o Sindicato para negociar, é urgente que a nossa categoria continue nessa marcha de acumular forças, como a gente vem fazendo desde setembro, com paralisações, com atividades nas escolas nos próximos meses, sobretudo no mês de novembro. A gente já tem o dia 5 como o novo dia estadual de luta - a idéia é que todas as escolas, no dia 5 de novembro, parem depois do recreio e façam a discussão sobre o piso; a idéia é que depois dessa discussão feita nas escolas tenham assembléias regionais por todo este Estado para que a categoria diga o que vai ser feito em termos de luta, de encaminhamentos para fazer valer a lei do piso em Santa Catarina. A partir de todo esse processo é que a gente vai definir qual vai ser a linha do nosso enfrentamento com este governo se até lá ele não abrir as negociações.

Além disso, eu gostaria de propor aqui uma frente suprapartidária (*palmas*). Que os parlamentares presentes à mesa hoje tomem a iniciativa de buscar parlamentares da base do governo; que montem uma comissão para ir ao Poder Executivo cobrar, interceder para que o governo do Estado abra as negociações com o Sinte, para que a gente tenha alguma resposta deste governo de como vai ser implementado o piso neste Estado a partir do ano que vem.

Eu gostaria que fosse encaminhada essa minha proposta, se possível.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Danilo.

Quero cumprimentar o João Vequi, vereador de Itajaí e professor, educador, sempre presente nas nossas audiências.

Passo a palavra à Marta Vanelli, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), para a sua saudação.

A SRA. MARTA VANELLI - Cumprimento o deputado Pedro Uczai, os demais deputados, a senadora Ideli Salvatti, as companheiras e os companheiros trabalhadores da educação.

Quero parabenizar todos os professores e professoras pelo dia de ontem (*palmas*) e dizer que este ano, especialmente este ano, nós tivemos e temos o que comemorar, mas, principalmente, muito ainda para lutar.

Temos que comemorar, senadora, porque não são 25 anos de luta para conquistar o piso salarial profissional nacional. Desde 1822 que os profissionais de educação deste país reivindicam o direito de ter um piso salarial profissional nacional - quase dois séculos de muita luta, de greve, de passeata, de caminhadas, de vigílias, de acampamentos, de invasões. Foi muita luta para conquistar o piso salarial profissional nacional.

Durante quatorze meses de tramitação da lei do piso no Congresso Nacional, que foi aprovada por unanimidade em todas as Comissões, nenhum deputado federal, nenhum senador ou senadora teve coragem de votar contra a lei do piso salarial profissional nacional. É importante fazer esse registro, é muito importante.

Em todo debate que a CNTE fez (acompanhamos todos no Congresso Nacional), aliamos dois elementos importantíssimos para melhorar a educação pública no nosso país: melhorar um pouco o salário dos professores... Estou dizendo um pouco, porque piso de R$ 950,00 não é um grande valor! Aliás, a CNTE tinha outra proposta, de R$ 1.050,00, com jornada de 30 horas.

Também aliamos um segundo elemento: as condições de trabalho. Nós conseguimos aumentar de 20% para 33% a hora-atividade para os professores das séries finais e do ensino médio e conquistamos a hora-atividade para os professores e professoras da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, que até hoje não tinham esse direito.

Então, esses dois elementos são fundamentais para melhorar a educação deste país, e esses dois elementos a gente conseguiu colocar na lei do piso salarial profissional nacional.

Como participei de toda a discussão, de toda a tramitação no Congresso Nacional, preciso fazer alguns esclarecimentos, porque tem alguns equívocos no entendimento da lei. Primeiro: qual é o conceito de piso salarial profissional nacional que está na lei, que é redação nossa? Piso é vencimento inicial das carreiras para professor que tem formação de Magistério com jornada de, no máximo, quarenta horas semanais.

Quando digo que é vencimento inicial das carreiras, não estou dizendo que é o valor para um professor que tem formação de Magistério, estou dizendo que é o vencimento inicial da nossa tabela salarial. Portanto, aquilo que hoje é R$ 509,46, até janeiro de 2010 tem de chegar a R$ 950,00, e esse percentual tem que incidir sobre toda a tabela salarial, independentementeda formação profissional que cada professor e cada professora têm ou independentementede que enquadramento se encontra na tabela salarial.

Eu tenho dito no seminário do Sinte o seguinte: a nossa tabela salarial é como uma planilha de Excel de computador, se você mexe no primeiro número, automaticamente todos os números serão reajustados. Por isso o governo, para mim, até dezembro deste ano, só tem que tomar uma decisão: o que vai fazer com R$ 100,00 de abono e o que vai fazer com R$ 200,00 de prêmio salarial. Se ele quiser extinguir em dezembro, tudo bem! Ele pode incorporar os dois em forma percentual, também tudo bem! Mesmo que incorpore os dois, ainda não o será suficiente para alcançar os dois terços do vencimento inicial do piso para pagar no ano que vem.

Por isso afirmo que todos nós, professoras e professores, se a lei do piso for aplicada da forma como foi aprovada, mantendo a nossa tabela salarial, vamos ter 50% a mais de salário no nosso bolso até janeiro de 2010.

É isso que vai motivar, para mim, a luta da categoria. Nós vamos ter garantidos, com uma lei nacional, 50% a mais a cada professor, a cada professora. Por isso é necessária a nossa luta para manter a tabela salarial e para a implantação da lei do piso da forma como foi aprovada.

Na questão da hora-atividade, o que é importante resgatar aqui? Além de a gente ter no máximo 26 aulas, a conquista dela para séries iniciais e para a educação infantil vai demandar para nós toda uma discussão da reorganização pedagógica da escola. Temos que discutir tudo isso ainda este ano, porque tem que contratar mais professores para as séries iniciais e para a educação infantil do próximo ano, e é fundamental que essa discussão seja garantida em todas as escolas.

Não tenho dúvidas de que se conseguirmos colocar a categoria na luta para aplicar a lei da forma como foi aprovada teremos um ganho salarial e iremos trabalhar menos em sala de aula, condição fundamental para melhorar a qualidade da educação. Por isso a nossa pressão é importante.

É importante a comissão que o Danilo propõe. Está em todas as redes estaduais, em todos os governos, em todas as prefeituras um ofício da CNTE exigindo ou solicitando uma comissão de negociação com o Sindicato para discutir como o piso será implementado. Acho que é esta a nossa luta aqui no Estado até dezembro: exigir a comissão para implantar o piso estadual que vai garantir melhoria salarial e melhoria da educação do nosso Estado.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Marta.

Gostaria de convidar o vereador Márcio de Souza para fazer parte da mesa.

Passo a palavra ao vice-coordenador estadual do Sinte, Antônio Valmor de Campos, que entregará à mesa três documentos a respeito das reivindicações do Sinte - para a Assembléia Legislativa, para a Senadora Ideli Salvatti e para o deputado federal Cláudio Vignatti.

O SR. ANTÔNIO VALMOR DE CAMPOS - Quero cumprimentar todos os educadores e os membros da mesa.

Deputado Pedro Uczai, antes de entregar os documentos, quero lembrar que repudiamos veemente a ausência do governo do Estado a esta audiência pública. *(Manifestação da plenária.)*

Também não podemos esquecer que ontem foi o Dia do Professor. Por mais que a gente lute, por mais que estejamos magoados com algumas situações, temos que dizer parabéns, sim. Parabéns porque temos coragem e porque lutamos. *(Palmas.)*

Mesmo estando ausente o governo do Estado, quero entregar neste momento um dossiê que a gente fez denunciando a perseguição deste governo aos dirigentes sindicais de Santa Catarina. São três documentos, um ao Ministério do Trabalho em Emprego, outro à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional e outro à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Quebrando então o protocolo, quero chamar a senadora Ideli Salvatti para receber o documento em nome do Ministério do Trabalho e Emprego; o deputado federal Cláudio Vignatti, para ser nosso interlocutor na Comissão de Direitos Humanos no Congresso Nacional; e o deputado Pedro Uczai, para ser nosso interlocutor aqui na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Então, simbolicamente, entregamos os documentos com a legislação e com todos os atos de perseguição que o governo praticou com dirigentes sindicais e com o Sinte de Santa Catarina.

(*Procede-se à entrega de documentos à senadora Ideli Salvatti, ao deputado federal Cláudio Vignatti e ao deputado estadual Pedro Uczai.*) *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Antônio.

Queremos agradecer a presença da senadora, que terá que se retirar em função de viagem para Brasília - se precisar fazer algum encaminhamento, a Míriam, do mandato, está aqui.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - Pedro, já me despedindo, quero dizer que hoje pela manhã marquei audiência com o governador, porque estou coordenando o Fórum Parlamentar Catarinense, os dezesseis deputados federais e os três senadores, na elaboração das emendas para o Orçamento do ano que vem - o governo do Estado todo ano apresenta a sua pauta, a sua reivindicação, o que pretende que seja incluído no Orçamento do próximo ano para beneficiar o Estado.

Então, quero deixar de público o seguinte: na audiência em que vamos colher os pedidos do governo, vai estar em troca o pedido da comissão de negociação com a participação do Sindicato, em nome do povo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, senadora.

Em seguida, vamos abrir as inscrições para a plenária.

O Antônio entregou este documento aqui para a Assembléia Legislativa, para a Comissão de Direitos Humanos, em relação ao Sinte. O Cláudio Vignatti e a senadora também receberam esse documento.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, com o apoio de outros deputados, apresentou um projeto de lei aqui na Casa tornando sem efeito todos os atos, processos ou iniciativas que tenham resultado qualquer tipo de punição a dirigentes ou representantes sindicais e a demais servidores civis pertencentes à administração pública que no período compreendido entre 5 e 19 de março de 2008 sofreram punições em virtude de participação em movimentos grevistas ou paralisações aqui no Estado.

Esse projeto de lei está aqui no âmbito da Casa Legislativa, mas ainda não teve parecer favorável nem contrário. Quem sabe um dos encaminhamentos aqui seja não só para reduzir ou eliminar punições e perseguições aos dirigentes sindicais, mas também para sustar todos os atos que produziram efeito sobre salário de professores e perseguições naquele período da greve do Sinte em Santa Catarina! (*Palmas.*)

Para nós nem voltarmos a esse assunto, poderia ser em forma de moção. Que a audiência pública realizada nesta tarde apóie a moção de apoio a esse projeto e que os deputados estaduais possam se sensibilizar e apoiar esse projeto para não punir mais nenhum professor ou professora que faz movimento grevista pelo direito a salário, direito ao que foi produzido aqui.

Pode ser? (P*almas.*)

Então, já está encaminhado.

Agora são 15h45min. Nós nos estendemos um pouco, mas, com certeza, pela atenção de vocês, foi legitimada a fala dos membros da mesa. Vamos inscrever dez pessoas primeiramente, por dois minutos cada, para que, democraticamente, a gente possa garantir a palavra ao máximo de lideranças que tenham divergências. Vamos ver o que há de consenso nas diferentes falas.

Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, vamos ver o que ouvimos até agora, para pautar e agendar o debate.

Primeiro, o piso nacional salarial é uma conquista para o Magistério? Torna nacional a nossa profissão?

Segundo, aqui já é consenso lamentar a ausência do governo do Estado. Então, está registrado que se lamenta a ausência do governo num espaço democrático, a Casa Legislativa.

Terceiro, o que está em jogo no piso? Primeiramente é o valor de R$ 950,00 e, em segundo lugar, temos que fazer encaminhamentos e debates aqui sobre o grau de mobilização pela iniciativa de secretários e governadores, que é acabar com a hora-atividade de 33% e a relação com os aposentados. Principalmente esses dois pontos, que governadores e secretários estaduais estão se posicionando e o que esta audiência pública encaminha, propõe a respeito dessas questões, que, para mim, são fundamentais.

Sou professor universitário há vinte anos e sempre defendi que os professores tivessem só quarenta horas-aula, sendo vinte em sala de aula e vinte para estudar e pesquisar. É isso que defendo há vinte anos para que o Magistério tenha o mínimo de dignidade.

Então, para mim, assim como para o presidente do Sinte e os demais aqui, tem que ser uma questão de honra conquistar e manter os 33, que é o mínimo que está na lei do piso.

Quarto ponto, para ficar claro aqui, pois existem dúvidas: antes da audiência vários professores nos perguntaram se essa lei é auto-aplicável. É auto-aplicável, a partir de janeiro, dois terços ou não?

A Assembléia Legislativa, por iniciativa da nossa bancada, respondeu a uma consulta, diz se é auto-aplicável essa lei ou se depende da vontade do governo do Estado. Se não tiver ADIn, diz o seguinte (vou ler apenas um trecho, mas tem todo o parecer, que vou deixar para o Sinte e para vocês): "Levando-se em conta a exigência de que o piso nacional está ligado à circunscrição e aos profissionais da educação básica pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios"... Nos artigos terceiro e seguintes da lei entende-se que a sua aplicabilidade é total, imediata e com abrangência nacional, nos três níveis de governo, a partir de janeiro de 2009.

Esse é o entendimento da assessoria jurídica da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Portanto, não depende da vontade do governo. Ele terá que encontrar um jeito de aplicar a lei na interpretação que tem consolidada aqui no País. (*Palmas.)*

O quinto ponto que foi levantado aqui (o presidente do Sinte e outras pessoas falaram): o piso é de R$ 509,00 - a própria Marta ajudou a esclarecer, porque essas questões é que estão em debate aqui na mesa, porque senão faremos muitas falas repetidas aqui enquanto que o melhor é vocês participarem mais.

Piso salarial de R$ 509,00, mais abono, mais prêmio, mais vantagens para fechar os R$ 950,00. Mesmo assim teria que dar aumento em janeiro, ou o ponto de partida da luta é de R$ 950,00, mais isso, isso e isso...

Portanto, têm que ficar claras as posições políticas da categoria, até para orientar e subsidiar os parlamentares. O ponto de partida é piso. Estávamos (as várias centrais sindicais) discutindo um piso para os trabalhadores de Santa Catarina de R$ 524,99, que é piso. É o ponto de partida e não de chegada.

O sexto ponto que foi falado aqui é sobre o plano de cargos e salários de carreira (o presidente do Sinte levantou outras aqui), que até dezembro de 2009 os Estados têm que construir seu plano de cargos e salários de carreira. Qual o grau de mobilização que vamos fazer para construir o nosso plano de cargos e salários de carreira, de não só perder, mas avançar em novos direitos em Santa Catarina para a lei do piso? Se o piso é insuficiente, o plano de cargos e salários de carreira terá que ser suficiente, na direção de quê? Quais as novas conquistas que Santa Catarina vai ter além do piso nacional?

Essas são as seis questões que foram levantadas pelos membros da mesa e está na pauta desta audiência pública.

Gostaria que tivéssemos mais luz sobre esses seis pontos, para podermos pautar o debate.

Os seis primeiros inscritos são a Raquel Felau Guisoni, da CNTE e do CTB; o Luiz Pustgliane, da Conlutas; a Joaninha de Oliveira; o Paulo Gonçalves, da CUT/Sinte; a Vanda Pinedo, do Sinte; o Rossano Sczip; o Neudi Giachini, da CUT/Santa Catarina; o Antonio Valmor de Campos; a Anna Júlia; e a Claudete Mittmann.

Com a palavra a senhora Raquel Guizone.

A SRA. RAQUEL GUIZONE - Boa-tarde, companheiros e companheiras; boa-tarde aos demais presentes a esta audiência pública.

Eu queria dizer que hoje estamos demonstrando aqui que a luta em defesa de uma educação de qualidade ainda é um anseio e uma necessidade neste país.

Portanto, em nome da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, e da CNTE, da qual também sou diretora, quero saudar todos os professores, em especial as professoras, pois somos a maioria nessa categoria, pelo dia de ontem, o nosso dia. Nós precisamos continuar na luta.

Rapidamente, eu queria colocar o seguinte: dizer que o piso é a salvação da educação pública de qualidade acho um exagero. Nós precisamos colocar que o piso é mais um elemento importante, indispensável dessa luta secular de trabalhadores e trabalhadoras da educação, como que já colocaram. E nesse sentido eu faço um apelo aqui a todos e a todas: se existem diferenciações, há uma única interpretação, é uma vitória a conquista dessa lei, porque garante um avanço da nossa luta *(palmas)*. Se ela precisa ser melhorada, se ela precisa ser complementada, e isso nós, da CNTE... Como a Marta bem colocou aqui, é indispensável a luta pela carreira, a luta pela jornada, isso faz parte, é uma complementação dessa luta.

Acho lamentável a ausência do governo do Estado nesta audiência pública. Não é só lamentável, deputado, acho que devemos sair daqui com um voto de repúdio a essa posição de desconsideração com os trabalhadores de educação *(palmas)*. E mais: acho que a luta do piso foi uma luta árdua. Nós precisamos continuar unidos, todos, mesmo aqueles que criticam o modo como o piso foi feito, mas ele é um avanço para que a gente possa continuar na luta.

Tivemos agora a eleição para prefeitos. Acho que não só o governo do Estado, mas todos nós, inclusive o Sinte, que está enraizado em todo o Estado, devemos exigir que prefeitos e prefeitas eleitos assumam o compromisso de implantar esse piso.

Um abraço.

A luta continua! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado.

Passo a palavra ao Luiz Pustgliane, do Conlutas, por até dois minutos.

O SR. LUIZ PUSTGLIANE - Boa-tarde a todos e a todas, principalmente aos trabalhadores em educação.

Acho importante a gente ter claro qual é o debate que está sendo feito aqui, o momento em que a gente vive. Desde que a lei foi aprovada no Congresso Nacional, várias outras coisas aconteceram no País e no mundo, e com certeza vão acontecer muitas outras coisas, e graves, e a gente vai precisar intervir diretamente para que se resolvam, e uma delas acho que tem a ver diretamente com a implementação do piso, em termos financeiros. É a tal da crise mundial, que não é mais papo de jornalista, não é mais papo de imprensa, acho que todo mundo já está começando a sentir diretamente no bolso. E vai sentir mais ainda nos períodos que vão entrar (Natal, etc.), porque empresas grandes, como a General Motors e Fiat, por exemplo, já deram férias coletivas para a época de lançamento da linha 2009. Quer dizer, a crise econômica está chegando à economia real, e a economia real significa a implementação do nosso piso. Ou seja, como que o governo, depois de anos, com arrecadações recordes aqui em Santa Catarina, que se negou a incorporar abono vai implementar um piso sem maiores brigas, sem maiores lutas, exatamente em um ano em que a arrecadação estaria diminuindo por conta da crise mundial?

Então, as coisas estão diretamente relacionadas. E a gente não pode deixar de pensar nisso e de se organizar pela luta, porque eu ouvi, muitas vezes, falar aqui que é uma vitória, uma conquista a lei ter sido aprovada. Não! Vitória e conquista vai ser quando a lei foi implementada, quando estiver no meu bolso (*palmas*) o piso salarial que essa categoria lutou tantos anos para conquistar. A real vitória da categoria será quando, como o Danilo disse, os abonos forem incorporados no percentual e o nosso plano de carreira garantido, sem nenhum achatamento de tabela, como o que aconteceu com os servidores do quadro civil deste Estado.

Portanto, a crise econômica mundial e o piso salarial nacional estão diretamente relacionados. E se não lutarmos, assim como aumentou o preço dos nossos alimentos, assim como o desemprego vai aumentar para os nossos parentes, para os nossos irmãos e filhos, o nosso salário também não vai aumentar. Se quando tem arrecadação recorde o governo se nega a dar reajuste, imaginem quando a arrecadação cai, quando o mundo entra numa crise na qual o Brasil, muito longe do que diziam os discursos há pouco tempo, está longe de estar imune. O Brasil vai fazer parte da crise como o mundo inteiro.

Então, a gente tem que cuidar, porque o nosso piso não será implementado só porque uma lei foi aprovada. O papel aceita qualquer coisa: o que eu digitar no computador e mandar imprimir, vai sair no papel. Agora, só com a luta real, no chão, na rua e com a mobilização dos trabalhadores é que vamos conquistar a implementação do piso, o que vai ser a real vitória dessa categoria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra a próxima inscrita, senhora Joaninha de Oliveira, representante do Sinte, de Florianópolis, por até dois minutos.

A SRA. JOANINHA DE OLIVEIRA - Boa-tarde. Quero saudar todos os presentes, a mesa, e lamentar a ausência... Eu entendo, deputado Pedro, que em uma audiência pública o governo deveria ser convocado e não convidado (*palmas*). Se não é assim, eu acho que uma das propostas que tem de sair agora daqui é uma convocação do governo para que se faça representar, para poder estabelecer um canal de negociação com a nossa categoria.

Agora, eu queria falar sobre a importância da luta aqui em Santa Catarina, no País, no mundo, como o Luiz estava colocando. Hoje nós estamos na semana da jornada internacional contra o imperialismo (abordando o fora às tropas no Haiti, defendendo a educação em todos os países do mundo). Eu queria falar para a senadora Ideli Salvatti (eu não sei, parece-me que, provavelmente pela agenda, ela não está mais aqui), com a qual estive vinte anos lado a lado no Sindicato, que é importante ter se colocado à disposição da luta pelo piso, mas ela votou contra nós na reforma da Previdência ao fazer com que a gente trabalhe mais dois anos em nosso tempo de aposentaria. (*Manifestações simultâneas ininteligíveis.)* E isso tem levado hoje (eu queria reforçar a luta pelo piso), depois das reformas... Eu não sei por que os petistas ficam tão nervosos com críticas *(risos)*. Eles ficam... *(Emite sons e faz gestos com as mãos.)(Palmas.)* O que é isso?! Como dizia, isso tem levado hoje a que uma grande parcela da nossa categoria fique doente. As reformas da Previdência que Collor ensaiou, que FHC fez, que Lula martelou - mais dois anos para se aposentar - têm levado a que um grande setor da categoria esteja doente. E essa doença tem uma razão de ser: é necessário que se trabalhe doente para não perder nada. Quando se atinge os 25 anos para a aposentadoria já não basta, tem que completar a idade. Quando fez o concurso não era assim.

Temos que lutar aqui no Estado por um piso salarial que o Bauer... Inclusive eu estava dando uma entrevista agora e a jornalista me disse que o Bauer, em uma entrevista que deu ontem para a Rádio Guarujá, falou que ninguém ganha menos que o piso em Santa Catarina. Não bastasse o caráter autoritário do secretário da Educação, ele é mentiroso! *(Palmas.)*

Então, eu queria dizer que tem acordo, que vai ser com muita luta, mas é possível de se conquistar.

Deputado Pedro, peço somente quinze segundos para dizer o seguinte, já que várias pessoas me perguntaram: eu fui candidata a prefeita em Florianópolis, faltaram quase cinqüenta mil votos para ir para o segundo turno. *(Risos.)* Mas agora, para o segundo turno, nós não temos opção. Para nós, do PSTU, é voto nulo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra Paulo Gonçalves, representando a CUT e o Sinte.

O SR. PAULO GONÇALVES (CUT/Sinte) - Inicialmente quero fazer uma rápida saudação aos nossos colegas professores, já que ontem comemoramos mais um dia, o que para nós significa muito, porque é mais um dia de luta. Eu tenho certeza que não foi um dia de folga, mas de reflexão pela nossa vida, pelo que temos passados nesses últimos anos.

Mas, corroborando com todos aqueles que já usaram o microfone, eu gostaria de dizer o seguinte: a lei pela lei é letra morta. Isso é verdade! Existem muitas leis boas na Constituição do Estado e na Constituição na Federal que não são cumpridas. Agora, nós precisamos, sim, fazer com que a lei tenha valor na prática, no dia-a-dia.

É isso que estamos propondo à categoria, independentemente as vírgulas e dos adjetivos que vierem atrás, se o piso vai ser implantado dessa ou daquela maneira, ou se vai ter repercussão. Às vezes a gente até estranha porque não tem representante do governo aqui, mas tem gente com sabedoria para dizer o que o governo vai fazer, até dá de entender que o governo já passou algumas informações para alguns dirigentes sindicais, porque já sabe se vai ser ou não aplicada a lei.

Agora, o Sinte tem uma posição muito clara, inclusive isso já foi divulgado em todos os seminários regionais que fizemos: que nós queremos, sim, a implantação do piso; que nós queremos a incorporação de abonos e de todos os penduricalhos para fazer valer isso na carreira; que não queremos achatamento de tabela; que queremos, sim, que esse piso seja implantado imediatamente.

Nós não temos dúvidas do que temos de fazer: precisamos abrir as portas do governo, trazê-lo para a discussão e dizer qual é a nossa posição. E aí este Parlamento, deputado Pedro, que aqui nos representa juntamente com os demais deputados, tem a grande tarefa de ajudar esta categoria a abrir as portas, porque o secretário Paulo Bauer se vangloria por todo este Estado dizendo que é um legalista, que cumpre a lei. Pois, então, está na hora de cumprir essa lei também.

Agora, nós estamos propondo, sim, à categoria não encerrar o ano sem fazer uma mobilização de força para mostrar a esse governo que queremos esse piso ainda no início do ano que vem. Não podemos nos acomodar, ir para casa nas férias achando que no ano que vem vai acontecer um milagre.

Portanto, vamos nos mobilizar ainda neste ano, vamos nos mexer nas salas de aula, nas escolas, nas regionais e por que não para fazer um grande ato, uma grande assembléia estadual ainda no mês de novembro para mostrar para esse governo o que nós queremos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra a senhora Vanda Pinedo, por até dois minutos.

A SRA. VANDA PINEDO - Boa-tarde a todos e a todas, professores, colegas da rede estadual de educação, funcionários e trabalhadores representantes de outras entidades sindicais.

Meus cumprimentos ao presidente desta audiência pública, deputado Pedro Uczai, e aos demais membros da mesa.

Primeiro, eu gostaria de reformular a proposta que a mesa apresentou com relação ao governo do Estado.

Nós não lamentamos, nós repudiamos a atitude do governo do Estado neste dia de audiência pública, posterior ao Dia do Professor, em que simplesmente dá as costas para a nossa audiência massiva, construída neste Estado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Que fique claro aqui para a sociedade catarinense que nós não lamentamos, não, nós repudiamos a atitude deste governo! Repudiamos a atitude do secretário de Educação, que historicamente tem se colocado como uma pessoa nefasta, autoritária e antidemocrática!

Esta tem que ser a nossa postura neste dia, posterior ao dia dos trabalhadores em Educação. Viemos aqui neste dia 16 dar a prova da nossa capacidade de luta e de mobilização no Estado.

Também gostaria de dizer que os nossos documentos são categóricos e evidentes em dizer qual é a posição do Sindicato com relação ao piso: que somos contrários a mexer em nossa tabela. Isso está colocado e não precisamos discutir.

Por mais que eu considere esta mesa extremamente importante para a questão da negociação, eu gostaria que o deputado Vignatti fizesse a articulação com a Frente Parlamentar Catarinense, aqui hoje representado, já que a senadora Ideli não está presente à mesa, uma vez que todos os parlamentares foram favoráveis ao piso em nível nacional, em nível de Senado e em nível de Câmara Federal. Que a gente extrapole o Estado de Santa Catarina e chame a Frente Parlamentar Catarinense à responsabilidade a fim de construir uma agenda com o governador do Estado, somado com os deputados estaduais, na pessoa do deputado Pedro Uczai, da bancada do Partido dos Trabalhadores, e da Comissão de Educação do nosso Estado.

Essa é a proposta que eu queria deixar apresentada aqui, para que esta audiência não se finalize nela mesma.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Vanda.

Com a palavra o próximo inscrito, senhor Rossano Sczip, membro da direção estadual do Sinte.

O SR. ROSSANO SCZIP - Boa-tarde a todos.

Primeiramente gostaria de parabenizar todos nós, professores e professoras, pelo nosso dia de ontem. Infelizmente, um dia em que não se tem muito a comemorar, principalmente aqui em Santa Catarina que paga o pior quarto valor da hora-aula, apesar de ser um dos estados mais ricos do País. Nós estamos na quarta pior posição.

É preciso dizer aqui também que ninguém é ingênuo a ponto de achar que o Bauer não sabe o que fazer com o piso, gente. Ninguém pode ser ingênuo a ponto de achar que o Bauer não sabe o que vai fazer com esse negócio. Ele já deu a resposta quando foi para a imprensa dizer que já paga o piso; ele mandou para as escolas uma instrução normativa falando que é para escolher 32 aulas e não 26, de acordo com o texto de hora-atividade. Então, não sejamos ingênuos porque ele já sabe o que fazer com esse negócio.

Outra situação. A gente precisa entender que uma coisa é a lei que foi aprovada e sancionada pelo Congresso Nacional; outra coisa é a forma como o governo do Estado pode implementar aqui em Santa Catarina.

Vamos fazer um retrospecto do que tem acontecido conosco na nossa carreira: o governo, desde 2004, vem legislando na questão salarial por fora do plano de carreira concedendo abono; em 2006 apresentou a incorporação do abono de forma linear, ou seja, provocando um achatamento da tabela salarial. Por conta disso, ficamos mais quinze dias em greve para dizer que nós queríamos de forma percentual. Ou a gente esqueceu isso? Não podemos esquecer, porque o governo sabe muito bem o que ele quer fazer com a nossa carreira, ele quer destruir o nosso plano de carreira.

Então, é importante que saibamos que dependendo da forma como o governo do Estado vai aplicar o piso, tem prejuízo, sim! É por isso que nós precisamos estar mobilizados e organizados.

Para concluir, é preciso dizer que nós precisamos ter clara uma coisa: o governo do Estado, em 2005, quando discutiu o plano de carreira dos servidores da saúde, pegou todos os penduricalhos e incorporou no piso.

Esse é um risco que nós corremos! E se nós não estivermos organizados, corremos o risco de perder!

Outra situação: a lei do piso coloca que até dezembro de 2009 os planos de carreira dos Estados e municípios têm que ser adequados. Nós sabemos que em 2005 o governo do Estado apresentou um projeto de plano de carreira que retirava alguns direitos, inclusive apresentou uma tabela salarial com seis linhas de progressão.

O governo já sabe o que quer fazer conosco. Nós é que temos que sair daqui com uma posição muito clara de enfrentamento, de mobilização e de organização, que é só assim que nós vamos impedir qualquer retirada de direito.

Finalizando, temos que ter uma proposta em relação à comissão, porque não só o governo não está presente como a base aliada do governo. Toda discussão do plano de carreira vai passar pela Assembléia, e é lamentável que os deputados da base do governo não estejam aqui.

Então, é necessário que essa comissão que o Danilo apresentou seja formada e também venha dialogar com todos esses deputados que não estão presentes para que eles não votem contra o Magistério. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o senhor Neudi Giachini, presidente da CUT/SC.

O SR. NEUDI GIACHINI - Boa-tarde aos companheiros e companheiras.

Quero parabenizar vocês duas vezes: primeiro pelo dia de ontem, e por vocês serem a segunda categoria do País a ter um piso mínimo nacional. Os primeiros que tiveram foram os bancários, que conseguiram fazer essa negociação e tem um piso em nível nacional.

Oxalá um dia nós chegarmos a essa situação com toda a classe trabalhadora. Esse é o nosso sonho. O Pedro se referiu aqui sobre a questão do piso mínimo em Santa Catarina, que no Paraná já tem desde 2006 e no Rio Grande do Sul desde 2001 - e em Santa Catarina a gente ainda não conseguiu implementar.

Tomara que a gente consiga. Nós estamos discutindo piso, não o teto. Esse é o ponto de partida. O que nós conseguirmos a mais para a nossa categoria, com certeza, vai depender da nossa luta. Nós não temos nenhuma dúvida disso, e historicamente foi assim que nós construímos neste país.

Eu não quero me alongar, porque tudo que foi dito aqui eu quero assinar embaixo. Nenhuma legislação, por si só, vai ser implementada! Nenhuma! É só nós olharmos a nossa Constituição, que é uma das melhores do mundo, e veremos coisas que nem foram regulamentadas ainda, porque a maioria de nós, cidadãos brasileiros, nem sabemos o que quer dizer aquilo.

Então tem muita coisa para fazermos. Quero dizer para vocês que a lei, por si só, não vai garantir o piso de vocês. Com certeza, não vai! Mas quero deixar dito aqui com compromisso, que a CUT é uma parceira nessa luta. Nós vamos ser parceiros nessa implementação, e queremos chamar vocês, professores, para serem parceiros na luta do piso mínimo estadual para toda a classe trabalhadora, que aí não é só para os trabalhadores da Educação, nem só para o metalúrgico, nem só para o comerciário, mas sim para todos.

Inclusive vocês têm uma tarefa muito grande. Se eu não me engano foi a Raquel que pautou aqui, que não é só lutar pelo piso mínimo em nível de Estado, nós também temos um compromisso com os municípios. Nós também temos que puxar essa luta! Com certeza nós somos trabalhadores que estão incluídos na questão da classe social.

Desculpe-me por não ter cumprimentado a mesa, mas parabéns ao Pedro pela iniciativa e aos demais companheiros que propuseram este debate. Pena que é pouco tempo, e quem tinha que ouvir não está aqui, mas eu quero parabenizar por aqueles que vieram e não por aqueles que não vieram.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Neudi, presidente da CUT de Santa Catarina.

Com a palavra o senhor Sandro Luiz, do Sinte de Blumenau.

O SR. SANDRO LUIZ CIFUENTES - Também quero parabenizar a mesa e a todos aqui presentes e lembrar que a luta é a história desta entidade, e que as últimas greves que fizemos foi pela incorporação do abono e pela equiparação dos salários com os demais servidores.

Lembro como se fosse hoje, era a nossa pauta. E olha como se deu a equiparação dos servidores, Rossano! E nós lutamos, levantamos a bandeira. Hoje temos aí o nosso piso, mas isso não exclui a nossa luta, devemos dar continuidade a ela.

Já foi dito aqui na mesa que o governo já fala realmente que nós ganhamos além do que o piso. Olha, nós temos que cuidar, porque o golpe deste governo poderá vir.

Por isso que nós, dentro do conselho deliberativo desta entidade, exigíamos uma assembléia estadual, exigíamos um seminário para debatermos a hora-atividade, porque essa categoria tem que vir fazer um grande ato público em Florianópolis e dizer à sociedade catarinense que agora nós temos um piso; que hoje nós somos considerados trabalhadores e que devemos continuar na luta por dignidade, e que é este piso que está aí. Essa luta é para melhorarmos ainda mais, porque já está lá, dentro desses mesmos documentos dessa entidade. Nós não queremos achatamento salarial, o que nós queremos é o início do nosso piso.

Então, quero conclamar aqui todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação: vamos fazer valer o nosso direito através da luta. O piso não exclui a nossa luta, mas, sim, dá força para lutarmos pela nossa dignidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Sandro.

Com a palavra o próximo inscrito, senhor Antônio Valmor de Campos; depois, Anna Júlia, Claudete e Márcio. Após, encerraremos as inscrições para fazer os encaminhamentos.

O SR. ANTÔNIO VALMOR DE CAMPOS - Sou o professor Antônio, vice-coordenador estadual do Sinte.

Eu estive pensando que não deve ter governo neste Estado, porque de todos os cargos que este governo tem, com tantas secretarias regionais, não tem ninguém aqui. Deve faltar governo aqui neste Estado. *(Palmas.)*

Parabenizando os deputados que aqui estão, quero lembrar que, se pegarmos as campanhas dos demais deputados, veremos que em todas consta a educação como um ponto de pauta. E dizem que é prioridade, mas por que não estão aqui?

Sobre o piso, eu acho que a gente tem que ficar atento a algumas coisas: primeiro, já foi dito aqui, não vou ser repetitivo, mas é preciso prestar atenção porque houve vetos importantes nessa lei e eles podem nos prejudicar, sim; segundo, uma alteração que está sendo proposta é o reajuste apenas pelo INPC e não pelo valor do repasse aluno-ano; terceiro, que essa lei tem muitos pontos positivos para nós, mas que também pode, se não for bem aplicada, ter pontos negativos.

Então, é preciso que a gente cuide de algumas coisas especiais. Primeiro, a questão da interpretação da lei. Segundo, a questão da duração da hora-aula, que vamos ter estabelecida a partir da aplicação da lei.

Para encerrar, quero dizer que nós precisamos garantir três coisas na implantação do piso, do ponto de vista de encaminhamentos [a serem feitos], professor Pedro Uczai. Primeiro, que haja uma garantia de igualdade entre os profissionais do Magistério: aposentados, especialistas, assistentes, funcionários de escola *(palmas)*, que não foram citados aqui. Segundo, é preciso que a gente mantenha a nossa tabela salarial, melhorando naquilo que for possível, com regência de classe, vale-alimentação e demais vantagens. Terceiro, deputado Pedro Uczai, nós temos que começar a dizer o seguinte: nós queremos, para mostrar que o governo federal tem vontade de implantar o piso nacional, que os prefeitos do PT comecem a implantar o piso; que os prefeitos aliados *(palmas)* ao governo federal comecem a implantar o piso; em seguida, que os governadores do PT e os governadores aliados ao presidente Lula implantem o piso no Brasil, para que nós tenhamos força de cobrá-lo também aqui em Santa Catarina. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Antônio.

Com a palavra a senhora Anna Júlia Rodrigues.

A SRA. ANNA JÚLIA RODRIGUES - Boa-tarde à mesa, ao deputado Pedro Uczai e aos demais deputados, aos representantes das entidades, do Sinte e da CNTE.

Primeiramente, eu quero dar parabéns às professoras, que têm uma dupla jornada de trabalho e que não se omitiram de estar aqui presentes, hoje, e aos professores também, porque mostra que essa categoria é de luta e não vai fugir. Não serão as faltas, que o secretário tem o prazer de nos dar quando saímos para as ruas, que vão nos intimidar. Este auditório lotado mostra a mobilização das coordenações regionais. Com certeza, nós vamos lotar as ruas para pedir a implementação do piso.

O que acho estranho, deputado Pedro Uczai, é que quando nós estávamos discutindo o Iprev não faltou um deputado deste governo nas audiências, não faltou representante do governo! *(Palmas.)* Agora, quando é para retirar direito dos trabalhadores, eles estão presentes. Mas quando estamos aqui discutindo a implementação do piso de uma categoria que é calejada, sobrecarregada, que trabalha sessenta horas-aula para poder ter um salário mínimo de sobrevivência, não aparece ninguém do governo. Isso mostra o respeito que ele diz ter pela educação.

Além de brigarmos pela hora-atividade, sobre a implementação ainda neste ano, que cada um e cada uma que está aqui chegue à sua escola e diga: "No ano que vem eu só pego 26 horas-aula; eu quero trabalhar menos e ganhar mais." É isso que nós temos que fazer, porque senão vamos continuar trabalhando, sim.

Além da insignificância que este governo [demonstra em relação] à educação, o que está acontecendo com o Instituto Estadual de Educação? É o caminho - entre aspas, que ele diz que é fundação - da privatização do Instituto. Eu participei de uma reunião com mais de cem pais presentes, porque o Instituto é uma comunidade abrangente, que dizem "não" ao governo do Estado. E ele coloca a sua responsabilidade para os pais, para a comunidade, porque é um péssimo administrador. O governo diz que o Instituto não tem condições de funcionar porque está falido; que ele não consegue se autogerir e por isso tem que passar para uma fundação; e que a escola de educação infantil tem que passar para o município.

Prestem bem atenção, porque não temos outra opção em Florianópolis para votar. O atual prefeito defende a municipalização do Instituto Estadual de Educação e de outras escolas aqui em Florianópolis, assim como no Estado.

Então, nós temos que ir para a luta, em uma atividade de fechar o Centro Administrativo para arrancar essa audiência com o governador para discutir o piso e todos os outros pontos da pauta da categoria. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Anna.

Com a palavra a senhora Claudete Mittmann, aposentada e filiada do Sinte de Florianópolis.

A SRA. CLAUDETE MITTMANN - Boa-tarde a todos e a todas.

Fazia muito tempo que eu não falava ao Sinte. Sou aposentada, professora de séries iniciais, e nós lutamos muito neste Estado para que os professores de séries iniciais tivessem o mínimo de hora-atividade - e nós conseguimos com muita luta e com a aprovação da Lei 170, cujo relator foi o deputado Pedro Uczai.

Quero lembrar a essa categoria que o Magistério de Santa Catarina já tinha 30% de hora-atividade, conquistada com muita luta no governo de Esperidião Amin, derrubada no governo do finado Kleinübing e implementada mais ainda pelas duas gestões do PMDB. Na segunda gestão do governo Paulo Afonso, o governo do PMDB fechou sessenta mil vagas de pré-escolar.

Então, eu quero alertar vocês que lutar contra esse governo que está aí não é fácil - e implementar esse piso não vai ser tarefa fácil. Essa categoria tem a responsabilidade de ir para a rua e lutar, e vai ter que lutar mesmo, porque com eles não é fácil, não. Nós já perdemos muito. Todo o professor tinha como carga máxima 28 horas e ainda recebia, dando 21 horas, a sua hora-atividade. Hoje, o professor tem que dar 32 horas e tem 8 horas de hora-atividade.

Então, o meu alerta fica aqui: se essa categoria não se organizar, não lutar, ela não vai conseguir. É preciso ir para a rua e é preciso lutar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o vereador Márcio de Souza, vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Florianópolis, capital do nosso Estado.

O SR. VEREADOR MÁRCIO DE SOUZA (Florianópolis/SC) - Boa-tarde a todos e a todas. É com muito prazer e satisfação que volto a falar num espaço do nosso grande sindicato, pois tive a oportunidade, por um período da minha vida, de ocupar a direção do Sinte na condição de primeiro secretário.

Com as falas aqui, necessariamente colocou-se uma questão importante, e a pessoa que me antecedeu, a professora Claudete, o fez com muita propriedade, que é recompor esse momento dentro de uma perspectiva histórica da nossa categoria, que tem como marca essencial um caráter resistente de luta política.

Nós estamos falando de piso, de uma situação de conquista direta, de participação ativa, itens integrantes das pautas históricas de reivindicação da nossa categoria. Ora, nós temos que qualificá-la, temos que perceber exatamente as possibilidades de risco que estão colocadas para que isso venha a se tornar efetivamente uma questão posta na realidade.

Agora, não cabe nenhuma situação de desânimo, cabe, sim, fundamentalmente, colocar o pé na realidade, colocar o pé no dia-a-dia, colocar o pé no cotidiano das tarefas, das adversidades dos inimigos de classe, que estão colocados a impedir que essa categoria leve adiante uma conquista que não é só dela, é uma conquista que se irradia para outras categorias. Essa é a questão de fundo, porque a disputa é de classe, e pela garantia do piso salarial para a categoria do Magistério inicialmente.

Em 1980 fizemos uma greve de final de ano que buscava a requalificação dos nossos salários, achatados enormemente. Nós, que éramos chamados de "professores designados", ganhávamos naquela época 3 milhões de reais por quarenta horas-aula... Aliás, 3 milhões de cruzeiros antigos por 40 horas-aula. E depois daquela greve, passamos a ganhar 52 milhões de cruzeiros na moeda daquele período.

Então, daquele período até a data de hoje não houve conquista alguma no Magistério que não fosse por forçação de barra, que não fosse por paralisação, que não fosse por greve. Lembrem-se da nossa grande greve de 63 dias, que também paralisou outras categorias de trabalhadores do setor público.

Portanto, o que está colocado para essa categoria num horizonte de garantia, de asseguramento de que o piso será realidade, é tão-somente a luta política.

Um abraço a todos os companheiros e companheiras, e vamos prosseguir nessa tarefa.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Márcio, e parabéns pela sua reeleição. Você continua vereador pelos próximos quatro anos aqui, na capital do Estado.

Antes dos encaminhamentos, vou conceder a palavra ao deputado Sargento Amauri Soares, na condição de parlamentar, por trinta segundos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (SC) - Na verdade, é um informe. Pedi licença para o coordenador desta audiência pública para fazer um informe, já que na minha fala inicial citei o movimento em defesa do serviço público e contra a privatização do Hemosc e do Cepon.

Os trabalhadores do Hemosc e do Cepon decidiram agora, no começo da tarde, em assembléia-geral, entrar em greve, e paralisaram já, neste momento, as dependências do Hemosc e do Cepon aqui em Florianópolis, contra a privatização. Eles estão caminhando para cá, para um ato público, e vão se concentrar aqui embaixo, no *hall* da Assembléia Legislativa, para avaliar como vão fazer em virtude de estar chovendo muito.

Hoje é paralisação, a partir de segunda-feira, a greve é por tempo indeterminado no Hemosc e no Cepon, por conta da proposta de privatização do governo do Estado, numa reação contra essa privatização.

Convidamos todos e todas para participar do ato em seguida, sugerindo, deputado Pedro, que a gente de repente possa, nesta audiência pública, aprovar uma moção de apoio à greve do Hemosc e do Cepon para evitar a privatização daqueles serviços.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai)- Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. E já podemos encaminhar (até havia colocado isso no número zero aqui, na minha pauta) moção de apoio aos trabalhadores do Hemosc e Cepon.

Temos consenso de nos solidarizar com a política pública na área de saúde? Há consenso? *(Palmas.)* Então, o aplauso é uma forma de consenso à proposição do deputado Sargento Amauri Soares.

Houve aqui consenso já sobre retirar, sustar todos os atos que puniram os professores que estiveram em greve no mês de março.

Terceiro encaminhamento: esclarecer para a Joaninha... Mas ao mesmo tempo, Joaninha, quero fazer da sua proposta um encaminhamento aqui. A audiência pública não tem poder de convocar secretário ou o governo do Estado, mas a Assembléia tem. Então, se for do entendimento do deputado Sargento Soares, do deputado Décio e da nossa bancada, encaminharemos um requerimento ao Plenário solicitando a convocação do secretário da Educação para discutir a implantação do piso em Santa Catarina a partir de janeiro de 2009.

Temos acordo? *(Palmas.)*

Se tem aplauso, tem acordo!

Então, iremos apresentar requerimento convocando o secretário, e se os deputados da base do governo votarem contra, é porque não querem que o secretário discuta piso salarial com a própria Assembléia Legislativa. Vai ter o poder de decisão em plenário, e vamos apresentar o requerimento.

Tem acordo, Sargento? Tem acordo, Décio?

(Os deputados Sargento Amauri Soares e Décio Góes aquiescem.)

Portanto, nós, os três parlamentares, juntamente com a nossa bancada, vamos encaminhar.

Quarto ponto: um professor mandou um papel, e tivemos várias falas ao microfone... Estamos mais politicamente corretos aqui, e lamentamos a ausência do governo do Estado nesta audiência, mas vocês já são mais direitos: em vez de lamentar, repudiam o descaso deste governo do Estado para com a audiência pública e para com a Educação. Ou somente para com a audiência pública? Neste caso, podemos colocar da Educação, ou repudiar a ausência do governo do Estado na audiência pública que discutiu a implementação do piso salarial em Santa Catarina. *(Palmas.)*

O primeiro é consenso. É isso aí?

Quinto ponto: mobilização. Tivemos aqui propostas de mobilização, mas esta audiência não tem poder de deliberar sobre a autonomia do Sinte. Houve sugestões, proposições, mas nós, parlamentares, não temos esse poder nem queremos tê-lo. É a autonomia da organização de vocês. O Sinte tem seu conselho, tem sua direção. Aqui, nós só temos as falas, e o Sinte tem que incorporar as diferentes falas para deliberar quais os caminhos que vão seguir enquanto mobilização. Eu defendo a tese de que os trabalhadores da Educação têm que continuar, permanentemente, num processo de mobilização.

Sexto ponto: enviar documento para a Comissão de Direitos Humanos. Eu sou vice-presidente da Comissão, e vamos dar encaminhamento sobre essa perseguição. Inclusive, podemos fazer um pronunciamento no plenário sobre a perseguição aos trabalhadores da Educação.

Sétimo ponto: do Fórum Parlamentar, teve consenso no sentido de que a senadora vai solicitar ao governo do Estado que inicie as negociações com o Sinte. Além do piso, tem outras reivindicações dos trabalhadores da Educação.

Oitavo ponto: foram várias posições, entre elas, onde deve ser implementado o piso, relação de igualdade, tabela salarial, que os prefeitos e governadores possam implementar o piso - aí foram falas mais do ponto de vista político. Se eu fosse prefeito aqui como o fui em Chapecó... Lá o piso foi implantado há oito ou dez anos. Na época em que fui prefeito, o piso foi o melhor ou um dos melhores de Santa Catarina.

Antes de concluir, gostaria de fazer uma homenagem à professora Marijane, do Instituto Estadual de Educação, que faleceu esta semana. Então, em nome de todas as lutadoras da Educação, em nome dessa companheira, vamos fazer um minuto de silêncio.

(*Os presentes à audiência fazem um minuto de silêncio*.)

Gostaria de agradecer a presença de todos vocês, da senadora Ideli Salvatti, do deputado federal Cláudio Vignatti, da Marta, do Danilo, do deputado Décio Góes, do deputado Sargento Soares, dos representantes da nossa bancada.

Antes de vocês saírem, quero dizer que nós estamos na luta. Podem ter certeza de que todos que vieram aqui hoje ganharam muito mais do que aqueles que ficaram em casa.

Parabéns aos professores pelo seu dia; parabéns a vocês pela luta e pela mobilização. Eu sou professor, fiz uma palestra na semana passada, vou fazer outra e quero dizer a todos vocês, professores, o seguinte: essa profissão é boa, é linda, desde que a gente consiga mais direitos. Temos que comemorar.

Nós estamos de pé e temos que continuar a luta. Vocês têm o Sinte, e estão de parabéns pela luta que estão fazendo.

Em homenagem ao Dia do Professor, ao Sinte, à luta e à mobilização de vocês, vou terminar a audiência pública como um bom descendente de polonês: tomando uma cachacinha para comemorar o dia de vocês!

Parabéns, professores, educadores. Vão para a luta que a vitória é de vocês, a vitória é do povo! *(Palmas.)*

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO PEDRO UCZAI
PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Ás dez horas do dia três do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, sob a presidência da Senhora Deputada Ada De Luca, amparada pelo Art.123 do § 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, referente a 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos senhores Deputados membros: Pedro Uczai (Vice-Presidente), Odete de Jesus e Genésio Goulart. A senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados membros, tendo antes de iniciar os trabalhos informado que o Senhor Deputado Serafim Venzon foi substituído pelo Deputado Dado Cherem, através do Ato da Presidência nº 033-DL, datado de 02/12/08. Na seqüência menciona a assiduidade, comprometimento e a importância que teve nesta Comissão o Sr. Deputado Serafim Venzon, e da ás boas vindas ao Deputado Dado Cherem. Aberto os trabalhos, a Senhora Presidente coloca para aprovação a Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada na data de 22 de outubro do corrente ano, que foi aprovada por unanimidade. Os Senhores Deputados passaram a relatar as matérias: A Senhora presidente convida o Senhor Deputado Pedro Uczai para ler o parecer do Deputado Kennedy Nunes no Projeto de Lei nº 0061.3/2007, que **"Dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências"**, de autoria do Deputado Pedro Uczai, exarando parecer pela aprovação, ao mesmo Projeto que teve dois Voto Vista a senhora Presidente convida novamente o Deputado Pedro Uczai para ler o parecer de voto vista do Deputado Serafim Venzon, exarando parecer

pela rejeição do Projeto. Após, a Presidente convida ainda o Deputado Pedro Uczai para ler o parecer de voto vista do Deputado Ivan Naatz, exarando parecer pela aprovação com a supressão dos artigos 25, 32 e 34. Após estas leituras, foi colocado em discussão e votação tendo sido aprovado por unanimidade o voto de aprovação do Deputado relator Kennedy Nunes. Na seqüência a Senhora Presidente convida a Deputada Odete de Jesus para ler os seus pareceres; no Projeto de Lei nº 0090.8/2007, que **"Dispõe sobre a Proibição da venda, distribuição e utilização de bebidas alcoólicas e hastes ou suportes de bandeiras no interior de estádios de futebol, ginásios de esportes e congêneres públicos"**, de autoria do Deputado Narciso Parisotto. A Senhora Deputada informa aos demais membros que esta Audiência Pública já havia sido aprovada em reunião anterior, entretanto, em virtude da proximidade do final de ano e do Estado de Calamidade Pública que assolou o nosso Estado não houve condições de realizá-la, entretanto, entrará em pauta novamente para ocorrer no início do próximo ano. Em discussão, e votação foi aprovada por unanimidade; no OF 0371-08, que **encaminha relatório de atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfredo Wagner**, exarando parecer pela aprovação que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A seguir, a Senhora Presidente convidou o Deputado Pedro Uczai para ler o parecer do Deputado Serafim Venzon no Projeto de Lei nº 0078.1/2007, que **"Dispõe sobre a Obrigatoriedade da Fixação de Cartazes ou Placas em Instituições Financeiras e outros Estabelecimentos que operam com financiamentos, com informação da Lei Federal nº 8.078, de 1990, a qual assegura ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos"**, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na seqüência, a Senhora Presidente convida a Deputada Odete de Jesus para ler o parecer do Deputado Elizeu Mattos, no Projeto de Lei nº 0613.2/2007, que **"Dispõe sobre a Utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providencias"**, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, exarando parecer pela rejeição do projeto após, passa a ler o seu parecer de Voto Vista, que corroborou com o parecer do relator Deputado Elizeu Mattos pela rejeição, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado Pedro Uczai relatou seus pareceres; no ofício nº 0388.8/2008, que **encaminha o relatório de atividades da Associação Assistencial Lar Betânia, de Blumenau, referente ao exercício de 2007**, exarando parecer pelo diligenciamento, em virtude da falta de documentos, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; no OF 0390.2/2008, que **encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Lauro Muller, referente ao exercício de 2007**, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A Senhora Deputada Ada de Luca, registra que em virtude da situação de calamidade pública que assola o nosso Estado foram canceladas duas Audiências Públicas, quais foram propostas pelas Deputadas Ana Paula Lima e pela presidente desta comissão. Antes de encerrar a última reunião sob esta presidência, a mesma entrega aos Deputados presentes um relatório gerencial de todas as atividades desenvolvidas ao longo destes dois anos em que esteve a frente desta importante Comissão. Os Deputados Pedro Uczai e Odete de Jesus solicitam a palavra para cumprimentar a Senhora Presidente, pelo trabalho excelente desenvolvido frente a esta Comissão. A Senhora Presidente agradece as suas manifestações bem como a participação dos Deputados membros, dos funcionários da Imprensa, TVAL, Rádio Alesc, som, copa e funcionários da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Claudiane B. Remor Borghezan, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em 10 de julho de abril de 2008.

Deputada Ada de Luca
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 094/2008 (PREGÃO PRESENCIAL 046/2008)

O Coordenador de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina comunica aos interessados que em vista das justificativas apresentadas pela licitante classificada em primeiro lugar (Vida Importação Comércio e Representações Ltda.), que alegou a impossibilidade de entregar o bem licitado dentro do prazo previsto no Edital (em razão das enxurradas que assolaram o Estado de Santa Catarina) e, considerando não acudirem interessadas (segunda e terceira colocadas) no fornecimento do objeto dentro do referido prazo, a licitação que tinha como objeto a aquisição de carteiras em couro com brasão fundido em metal com banho de ouro, pintura esmaltada, 3 camadas e logomarca da ALESC em alto relevo para serem distribuídas aos Deputados e ex-Deputados foi integralmente revogada nos termos do despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente deste Poder Legislativo, com fulcro no art. 49 da Lei 8.666/93 e com suporte no art. 19, do Anexo I da Resolução n.º 967/02 desta Assembléia Legislativa.

Florianópolis SC., 11 de dezembro de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato N.º 196/2008

REFERENTE: 09º TA ao Contrato CL n.º 012/2007, celebrado em 01/02/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.
OBJETO: alteração quantitativa ao objeto inicial, acrescentando 01 (um) Posto de Trabalho da categoria "Serviços de Assistência à Saúde" e 01 (um) Posto de Trabalho da categoria "Serviços Recepcionista Exercutiva".
VALOR: O valor mensal do contrato que era de R$ 774.307,51 passa para R$ 785.954,55, e o valor global do contrato atualizado passa de R$ 9.124.169,62 para R$ 9.135.816,66.
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 65 I "a" e "b" da Lei n.º 8.666/93; Item 6.1 da Cláusula Sexta do Contrato Original e Autorização administrativa.
Florianópolis, 11 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Ilson Antônio Bettin - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO 206/2008

REFERENTE: 01º TA à Ata de Registro de Preços CL n.º 006/2008, celebrada em 12/05/2008.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
1ª LICITANTE REGISTRADA: Lunardelli Suprimentos Ltda.
OBJETO: ALTERAR QUANTITATIVAMENTE O OBJETO REGISTRADO, cuja ata passará a vigorar com os acréscimos e as especificações que seguem:

	LOTE 09 do Pregão 014/2008	MARCA	QTDE	VLR UNIT R$	VLR TOTAL R$
1	Envelope comercial branco 75 MG medindo 114 X 162 MM	Envelofix	75.000	R$ 0,02	R$ 1.500,00
2	Envelope comercial ofício branco 75 MG medindo 114 X 229 MM	Envelofix	75.000	R$ 0,03	R$ 2.250,00
	VALOR TOTAL		150.000		R$ 3.750,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Art. 12 do Decreto n.º 3.931 de 19 de setembro de 2001, subsidiariamente; Art. 7º do Ato da Mesa n.º 214 de 05 de novembro de 2007, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão 014/2008.
Florianópolis, 10 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 207/2008

REFERENTE: 03º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 027/2007-00, celebrado em 14/05/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Verde Garden Center Comércio de Flores e Plantas Ltda
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 027/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente Prestação de Serviços de empresa especializada em fornecimento de produtos de jardinagem.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 4.2, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Ignácio Maria Wopereis - CONTRATADA
Rita Maria Belard da Fonseca Lopes da Costa - CONTRATADA

*** X X X ***

EXTRATO Nº 208/2008

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 026/2008, celebrado em 05/05/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Toppark Serviços de Estacionamento Ltda - ME
OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 026/2008-00 compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente prestação de serviço de estacionamento.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Wilson Leandro Probst - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 209/2008

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica CL n.º 001/2008-00, celebrado em 20/02/2008.
1º PARTICIPE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
2º PARTICIPE: Serviço De Apoio Às Micro E Pequenas Empresas De Santa Catarina - Sebrae/SC

OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação Técnica 001/2008-00 pelo período compreendido entre 21/02/2009 e 31/12/2009, que tem como objetivo a execução do Projeto "Veiculação de Programas Educativos em Televisões não Comerciais"
FUNDAMENTO LEGAL: art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Carlos Guilherme Zegeli - Diretor
José Alaor Bernardes - Diretor
Anacleto Ângelo Ortigara - Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 210/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao contrato CL n.º 042/2008-00, celebrado em 01/08/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: São Vicente Empreendimentos Imobiliários Ltda
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 042/2008-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 a 31/12/2009, referente locação de imóvel urbano não-residencial.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Walter Francisco da Silva - Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 211/2008

REFERENTE: 03º Termo Aditivo ao contrato CL nº 035/2008, celebrado em 16/06/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Sandra Regina De Oliveira Tavares Me
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 035/2008-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente fornecimento de alimentos/*coffe break*.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 4.2, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Sandra Regina de Oliveira Tavares - Proprietária

*** X X X ***

EXTRATO Nº 212/2008

REFERENTE: 05º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 027/2005-00, celebrado em 22/06/2005.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Dilion Comércio de Terraplanagem Construtora e Incorporadora de Imóveis Ltda.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 027/2005-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente locação de espaço de armazenagem.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.
Deputado Julio Garcia - ALESC
Zulmar João Elias - Representante Legal

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 392/08

Declara de utilidade pública a Cia Teatral Bocarela das Palavradas**.**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Cia Teatral Bocarela das Palavradas, com sede no município de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º, desta Lei, sob pena de revogação da declaração, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 2008.

Deputado Manoel Mota
Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente
Sessão de 11/12/08

JUSTIFICAÇÃO

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a instituição **Cia Teatral Bocarela das Palavradas,** com sede no município de Araranguá.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão de "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação de regência da espécie.

Trata-se de entidade que vem empreendendo naquela localidade de Araranguá, relevantes atividades. Não possui fins lucrativos ou econômicos, e visa, entre seus importantes objetivos, promover a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico e divulgar a arte do teatro nas suas diversas modalidades e aplicações bem como promover, pesquisar e estudar a arte dramática nos seus diversos gêneros e modalidades, buscando dessa forma a integração de toda a comunidade.

Através de seus objetivos, de elevada importância, destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 393/08

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Caça e Tiro Itoupava Norte, do município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva Caça e Tiro Itoupava Norte, do município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 11/12/08

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Esportiva Caça e Tiro Itoupava Norte, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, tem sua sede no município de Blumenau e é uma entidade sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, que visa congregar os seus associados na prática de esportes, lazer e promoções na área social.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

RELATÓRIO

RELATÓRIO E VOTO AO OFÍCIO Nº OF/0060.9/2007

"Encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2006."
Autor: Presidente do Tribunal de Contas do Estado
Relator: Deputado Jorginho Mello

RELATÓRIO:

Com amparo regimental, após abdicação do relator indicado, Deputado Renato Hinnig, avoquei a relatoria do citado Ofício, que encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina referente ao exercício de 2006.

O presente Processo, composto de seis volumes (fls. 02/2.603), encaminhado por meio do OF.TC/GAP-7235/2007, de 30 de maio de 2007, do Conselheiro Presidente, foi lido na Sessão do dia 5 de junho de 2007 e remetido a esta Comissão de Finanças e Tributação em 6 de junho do corrente ano.

Na análise da matéria deve-se observar o que preceitua o TÍTULO VII - DAS PROPOSIÇÕES ESPECIAIS, CAPÍTULO III - DA TOMADA DE CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO (arts. 271/276) da Resolução DP Nº 001/2004 - Regimento Interno deste Poder.

Os autos estão em conformidade com os dispositivos regimentais que regem a matéria, tendo sido o Parecer Prévio publicado no Diário da Assembléia - SC - Número 5.734, de 5 de junho de 2007 págs. 23/26.

Cabe à Assembléia Legislativa o controle externo, através da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos órgãos e entidades da Administração Pública, o qual será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, segundo dispõem os arts. 58 e 59 da Constituição Estadual.

Ao Tribunal de Contas do Estado compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador (inciso I, art. 59 da CE), cabendo à Assembléia Legislativa a competência exclusiva de julgá-las (inciso IX, art. 40 da CE).

A Prestação de Contas do Governador do Estado referente ao exercício de 2006 foi submetida ao Tribunal Pleno acompanhada do Relatório Técnico, do Relatório do Relator, do Projeto de Parecer Prévio, das Contra-Razões do Poder Executivo e do Parecer da Procuradoria Geral ao Tribunal de Contas, em atendimento ao § 1º, do art. 80 da Resolução nº TC-06/2001, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.

Segundo dispõe o art. 48 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (LC nº 202/2000), o Parecer Prévio consistirá na apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública.

Quanto ao **Parecer Prévio**, julgo oportuno destacar que o relator, em seu Parecer Prévio, na análise realizada pelo Tribunal de Contas, levou em consideração os dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, quais sejam:

- art. 59, inciso I, da Constituição do Estado;
- art. 71, inciso IX, da Constituição do Estado;
- arts. 56 a 58 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- Lei Federal nº 4.320/64;
- PPA/2004-2007, LDO/2005 e LOA/2006;
- arts. 69 a 78 do Regimento Interno do Tribunal de Contas;
- Parecer MPTC/nº 2.415/2007, do Processo PCG - 07/00113037;
- art. 40, inciso IX, da Constituição do Estado (competência exclusiva da Assembléia Legislativa para julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado);
- arts. 58, Parágrafo único, e 59, inciso II, da Constituição do Estado (a análise técnica e o Parecer Prévio daquele Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2005 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, não obstam, nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de quaisquer dos Poderes e órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário).

Dentre as considerações feitas pelo Conselheiro Relator, convém destacar as seguintes:

> "Em face de ano eleitoral, as contas relativas a 2006 envolvem a responsabilidade de dois Governadores, isso porque o Estado foi conduzido pelos Senhores Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, respectivamente, nos períodos de 01/01/2006 a 06/07/2006 e 06/07/2006 a 01/01/2007." (fl.2193, Vol. VI)
>
> "Tendo em vista que foram constatadas inconsistências nas peças contábeis, considera-se de veracidade ideológica presumida as informações constantes da Prestação de Contas apresentada pelo Governo do Estado, relativa ao exercício de 2006.
>
> Também cabe informar da necessidade de a Secretaria de Estado da Fazenda, através da Diretoria de Contabilidade Geral providenciar a consolidação das contas do Poder Executivo, tendo em vista que os dados e informações contábeis do referido poder só podem ser obtidas via exclusão das contas dos Poderes Judiciário, Legislativo, do TCE e MPE." (fl.2252, Vol. VI)
>
> "Ressalta-se que o Parecer Prévio não envolve opinião sobre as contas desta Corte, porquanto, em relação ao Tribunal de Contas o parecer prévio compete à comissão permanente da Assembléia Legislativa, prevista no art. 122 da Constituição do Estado e § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/00. A manifestação do Tribunal de Contas tem caráter técnico, competindo à Assembléia Legislativa o julgamento.
>
> No âmbito do Parecer Prévio não será considerado o exame de responsabilidade dos atos de administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, objeto de julgamento de natureza técnico-administrativa do Tribunal de Contas, conforme estabelece o art. 71, II, da Constituição Federal e art. 1º, III, da Lei Complementar Estadual nº 202/00.(...) Diante disto, a manifestação desta Corte acerca do Parecer Prévio não repercute ou condiciona qualquer posterior julgamento da responsabilidade de administradores e demais responsáveis." (fl.2194, Vol. VI)
>
> "De forma genérica, as contas obedeceram aos ditames da legislação aplicável. Contudo, deixaram de atender à Lei Complementar nº 101/00, a Lei Complementar Estadual nº 202/00 (Lei Orgânica do Tribunal) e ao Regimento Interno desta Corte ao não apresentar no relatório do órgão central do sistema de controle interno as informações sobre a execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas e as observações concernentes à situação da administração financeira estadual. Tais informações são relevantes para melhor análise do desempenho da Administração Pública Estadual, em especial sobre o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual, a consonância dos mesmos com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, o alcance de metas e o reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento econômico e social do Estado". (fl. 2575, Vol. VI)

Na Resolução nº TC-06/2001, que Institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, vê-se, no Título II - Exercício do Controle Externo, Capítulo VI - Apreciação das Contas, Seção I - Contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado:

> "Art. 76. O Projeto de Parecer Prévio deve conter os elementos previstos no art. 71, as **ressalvas e recomendações** do Relator, se necessárias, e a conclusão fundamentada recomendando a aprovação ou a rejeição das contas.
>
> § 1º Constituem **ressalvas as observações de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque se discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis**.
>
> § 2º **Recomendações são medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas**." (grifei)

Dadas as características das **ressalvas e recomendações** acima apontadas, na apreciação desta Prestação de Contas este relator optou por **análise mais aprofundada das ressalvas,** feita em anexos próprios, enquanto que para **as recomendações apresenta apenas a sua reprodução, pelo Anexo VI - Quadro comparativo das recomendações - 2003 a 2006,** relativas ao Poder Executivo, cujo objetivo é o de avaliar e criticar o resultado prático de sua apresentação àquele Poder.

Nesse sentido, baseado no conceito de "recomendações" estabelecido no § 2º do art. 76 do Regimento Interno do TCE e de uma rápida verificação no aludido Anexo VI, entende este relator que a repetição sistemática de determinadas recomendações nos últimos exercícios denota a necessidade de reavaliação e complementação regimental do assunto, visto que o Poder Executivo, apesar das sugestões do TCE para correção de falhas e deficiências, simplesmente as ignora, quer por delas discordar, quer por mera conveniência, esta última propiciada pelo próprio TCE quando, no exercício seguinte, num estranho processo de descontinuidade, omite-se na avaliação dos efeitos práticos de suas recomendações e, pior, repete a mesma recomendação ante a continuidade das falhas e deficiências.

Dito isto, há que se destacar que os anexos das ressalvas tomaram como base as considerações do Relatório Técnico, do Parecer Prévio do Conselheiro Relator (aprovado na sessão extraordinária do Tribunal Pleno do dia 28 de maio de 2007), das contra-razões apresentadas pelo Poder Executivo e da manifestação do Ministério Público ao Tribunal de Contas, fazendo-se uma síntese dos principais aspectos atinentes à ressalva e acrescentando-se observações deste relator, quando oportunas.

Conforme exposto acima, a partir da análise detalhada das **ressalvas** feita em anexos próprios, passo a aduzir sobre minhas conclusões:

DO PODER EXECUTIVO:

1.1. Déficit Orçamentário

Ocorrência de Déficit Orçamentário, no exercício de 2006, no valor de R$ 40,24 milhões, representando 0,51% em relação à receita arrecadada, não contribuindo para o equilíbrio das Contas Públicas, preconizado na Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Federal nº 4.320/64.

Levando-se em conta os dados e informações apresentados no **Anexo I - Déficit Orçamentário**, baseados no Relatório Técnico, no Parecer Prévio, nas Contra-Razões do Poder Executivo e nas Manifestações do Ministério Público ao Tribunal de Contas (com manifestação confusa nesta ressalva), conclui este relator que houve ocorrência de déficit orçamentário no exercício de 2006, no valor de **R$ 40.236.240,33**, como demonstrado na Tabela 1 e no próprio Balanço Orçamentário - Consolidado Geral, apresentado pelo Poder Executivo no Balanço Geral do Estado (fl. 177 - Vol. I).

1.2. Ocorrência de Déficit Financeiro

Ocorrência de Déficit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 (ajustado pelo Tribunal de Contas), de R$ 140,34 milhões não contribuindo para o equilíbrio das Contas Públicas, preconizado na Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Federal nº 4.320/64.

Levando-se em conta os dados e informações apresentados no **Anexo II - Déficit Financeiro**, baseados no Relatório Técnico, no Parecer Prévio, nas Contra-Razões do Poder Executivo e na Manifestação do Ministério Público ao Tribunal de Contas (sem manifestação específica nesta ressalva), observa este relator que:

a) do Balanço Patrimonial - Consolidado Geral - exercício de 2006, apresentado pelo Poder Executivo no Balanço Geral do Estado (fls. 202/204 - Vol. I), apura-se, inicialmente, superávit financeiro na ordem de R$ 171.663.233,15, resultante do confronto do Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro;

b) todavia, assiste razão ao **Tribunal de Contas** quando, com base em dispositivos da Lei nº 4.320/64, questiona e **discorda de** procedimentos contábeis que resultaram na **transferência do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente de Precatórios a Pagar**, no valor total de **R$ 312.003.914,55**; e

c) com este **ajuste** promovido pelo TCE**, reverte-se o superávit financeiro** publicado no Balanço Geral do Estado **para uma situação de déficit financeiro** no valor de **R$ 140.340.681,40**.

Assim sendo, conclui este relator que o **déficit financeiro** total referente ao exercício financeiro de 2006 é de **R$ 140.340.681,40.**

Ressalte-se que, à margem da divergência entre o valor final do déficit financeiro, fica evidente que, muito além de meros mecanismos contábeis para a sua redução, deve o Estado perseguir mecanismos de gestão de receitas e despesas que possibilitem o tão almejado e exigido equilíbrio das contas públicas.

1.3. Manutenção e desenvolvimento do ensino superior

Destinação de recurso para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior em percentual inferior a 3,75% estabelecido no art. 170 da Constituição do Estado, regulamentado pela Lei Complementar nº 281/2005 e alterações posteriores.

Levando-se em conta os dados e informações apresentados no **Anexo III - Manutenção e desenvolvimento do ensino superior**, baseados no Relatório Técnico, no Parecer Prévio, nas Contra-Razões do Poder Executivo e na Manifestação do Ministério Público ao Tribunal de Contas, observa este relator que:

a) o Tribunal de Contas constatou que o Estado aplicou a importância de **R$ 28.255.350,28** dos **R$ 55.175.618,26** que deveria ter aplicado para cumprimento integral do disposto no art. 170 da Constituição Estadual, regulamentado pela Lei Complementar nº 281/2005 e alterações posteriores. deixando, portanto, de aplicar **R$ 26.920.267,98**;

b) ao aplicar apenas e integralmente **R$ 25.429.815,25** dos **R$ 49.658.056,43** no repasse às Fundações Educacionais de Ensino Superior instituídas por lei municipal, descumpriu o inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 281/2005 e alterações posteriores; e

c) ao aplicar apenas e integralmente **R$ 2.825.535,03** dos **R$ 5.517.561,83** no repasse às demais Instituições de Ensino Superior legalmente habilitadas a funcionar em Santa Catarina, descumpriu o inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 281/2005 e alterações posteriores.

Assim sendo, conclui este relator que, no exercício financeiro de 2006 o **Poder Executivo aplicou 1,92%** dos **3,75%** obrigatórios na **manutenção e desenvolvimento do ensino superior** definidos no art. 170 da CE, regulamentado pela Lei Complementar nº 281/2005 e alterações posteriores.

1.4. Não-cumprimento das metas fiscais

Não-cumprimento das metas fiscais exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e contidas na Lei nº 13.454/05 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), em relação ao resultado primário e nominal.

Levando-se em conta os dados e informações apresentados no **Anexo IV - Não-cumprimento das metas fiscais**, baseados no Relatório Técnico, no Parecer Prévio, nas Contra-Razões do Poder Executivo e na Manifestação do Ministério Público ao Tribunal de Contas, observa este relator que:

a) No tocante à **Receita Total**, este Relator, com base nas informações contidas na LDO (Lei nº 13.454/2005) e nas Demonstrações Contábeis que integram a presente Prestação de Contas (Balanço Orçamentário - Consolidado Geral, fl. 177, vol. I e Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Consolidado Geral -exercício 2006, constante do Balanço Geral do Estado, fl. 581, vol. II), constatou que **a meta foi atingida** pelo fato do valor realizado de R$ 10.549.464 milhares de reais ter sido superior ao valor de R$ 9.710.484 milhares de reais estabelecido como meta na LDO/2005;

b) Já com relação à **Despesa Total**, independente valor de R$ 7.732.996 milhares de reais para a Despesa Total, apontado pelo TCE no Comparativo das Metas Previstas e Realizadas para o Exercício de 2006, não ter sido encontrado no RREO, nas considerações e análises sobre a Despesa constantes do Relatório Técnico e do Parecer Prévio e nas demonstrações contábeis constantes do Balanço Geral que integram a presente Prestação de Contas, assume este relator **o valor de R$ 7.885.599 milhares de reais** para a Despesa Total, entendendo tratar-se de um equívoco do TCE e concluindo que a **meta foi atingida** em função do valor realizado de R$ 7.885.599 milhares de reais ter sido inferior ao valor de R$ 9.084.927 milhares de reais estabelecido como meta na LDO/2005;

c) Quanto à **meta do Resultado Primário,** conclui este relator que ela **não foi atingida** visto que o resultado alcançado de R$ 588.959 milhares de reais foi inferior ao de R$ 625.557 milhares de reais estabelecido como meta na LDO/2005;

d) Relativamente à **meta do Resultado Nominal** (definido como a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do exercício atual e o saldo da dívida fiscal líquida ao final do exercício anterior), este relator tem as seguintes conclusões/considerações:

1. o TCE ajustou o Demonstrativo do Resultado Nominal apresentado pelo Poder Executivo no RREO/6º bimestre 2006, chegando a um resultado de R$ 576.536 milhares de reais, divergindo daquele publicado no RREO no valor de R$ 117.119 milhares de reais;

2. para justificar o referido ajuste, o TCE limita-se a informar que este tem origem em divergências que estão sendo tratadas no Processo LRF 07/00069704, não concluído até a data da apresentação de seu Parecer Prévio;

3. da análise do Demonstrativo do Resultado Nominal - RREO - 6º bimestre/2006, publicado pelo Poder Executivo, e sua comparação com o mesmo demonstrativo ajustado pela Corte de Contas, verifica-se que as divergências de valores situam-se no saldo das linhas "Dívida Consolidada" e "Haveres Financeiros;

4. o **Resultado Nominal de R$ 576.536 milhares de reais, ajustado pelo TCE**, decorre da diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida no final dos exercícios de 2006 e 2005 (R$ 8.576.291 milhares de reais e R$ 7.999.375 milhares de reais, respectivamente) mas, **o simples recálculo** dessa diferença **apresentou a este relator um Resultado Nominal de R$ 576.916 milhares de reais**, divergindo do resultado apresentado pela Corte de Contas;

5. assim, independente da divergência entre o valor apurado por este Relator e aquele ajustado pelo Tribunal de Contas, **conclui-se que a meta do Resultado Nominal não foi atingida**, visto que o resultado alcançado de R$ 576.916 milhares de reais (representando um aumento da Divida Fiscal Líquida entre 2005 e 2006) foi superior à meta de (R$ 507.470) milhares de reais estabelecido na LDO/2005 (cujo valor negativo representaria uma redução da Divida Fiscal Líquida entre 2005 e 2006).

e) Finalmente, com relação à **meta da Dívida Líquida do Governo Estadual**, este relator tem as seguintes conclusões/considerações:

6. o TCE ajustou o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida apresentado pelo Poder Executivo no RGF/3º quadrimestre 2006, chegando a um valor de R$ 7.804.490 milhares de reais para a Dívida Consolidada Líquida ao final do exercício de 2006, divergindo daquele publicado no RGF no valor de R$ 8.116.494 milhares de reais;

7. para justificar o referido ajuste, o TCE limita-se a informar que este tem origem em divergências que estão sendo tratadas no Processo LRF 07/00069704, não concluído até a data da apresentação de seu Parecer Prévio, nos valores das linhas "Dívida Consolidada", "Precatórios Posteriores a 05.05.2000", "Dívida Consolidada Líquida" e "Receita Corrente Líquida";

8. analisando-se os dados apresentados pelo TCE no demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida por ele ajustado, não confere a afirmação feita pelo TCE de que ela corresponde a 1,10 vezes o valor da RCL, visto que a conferência desta operação matemática leva a um resultado de 1,06 vezes o valor da RCL, assim como no quadro demonstrativo da DCL também não confere o percentual de 148% na linha "% da DC sobre a RCL", visto que o resultado a que se chega é de 143%.

9. assim, independente da divergência dos índices que relacionam DC e DCL com a RCL apurados por este Relator e aqueles informados pelo Tribunal de Contas, **conclui-se que a meta da Dívida Líquida do Governo Estadual foi atingida**, visto que o valor alcançado de R$ 7.804.490 milhares de reais foi inferior à meta de R$ 10.623.470 milhares de reais estabelecido na LDO/2005.

Por fim, ao final da análise desta ressalva sobre as metas fiscais, observa este relator que:

• a área de planejamento do Poder Executivo, ao elaborar a LDO, deve rever a metodologia para indicação da meta de Resultado Primário, pois, sistematicamente, vem apresentando-o na LDO como sendo o valor resultante da diferença entre a meta de Receita Total e a meta de Despesa Total, procedimento totalmente equivocado se levado em consideração o conceito de Resultado Primário, claramente comprovado no seu demonstrativo, que compõe o Anexo VII do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, previsto na LRF, art. 53, III; e

• o TCE, ao elaborar ajustes em demonstrativos apresentados pelo Poder Executivo, deve, não obstante a existência de processo específico em andamento, apresentar uma síntese da origem da divergência de números, a fim de que este órgão julgador deles conheça para as suas conclusões.

1.5. Insuficiência Financeira - Gestão Orçamentária e Financeira

Ocorrência de "Insuficiência Financeira" de R$ 193,72 milhões (ajustado pelo TCE), o que pode indicar o descumprimento do art. 42 da LRF e comprometer a gestão fiscal dos exercícios futuros.

Levando-se em conta os dados e informações apresentados no **Anexo V - Insuficiência Financeira - Gestão Orçamentária e Financeira**, baseados no Relatório Técnico, no Parecer Prévio, nas Contra-Razões do Poder Executivo e na Manifestação do Ministério Público (sem manifestação específica nesta ressalva) ao Tribunal de Contas, observa este relator que:

a) O **Poder Executivo** publicou **Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa** - Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre/2006, o qual **apresenta uma suficiência** após a Inscrição em Restos a Pagar Não-Processados - consolidado (incluindo o Regime Previdenciário) **de R$ 118.28 milhões de reais;**

b) O **TCE, ajustando** inicialmente o referido **demonstrativo, aponta uma insuficiência** após a Inscrição em Restos a Pagar Não-Processados - consolidado (incluindo o Regime Previdenciário) **de R$ 342.884 milhões de reais**. Tais ajustes referem-se à exclusão de R$ 149,16 milhões de reais de Créditos Tributários da coluna do Ativo e à inclusão de R$ 312,00 milhões de reais de Precatórios a Pagar na coluna do Passivo, pelas razões já expostas no Anexo V;

c) A SEF, nas contra-razões à referida ressalva, discorda dos ajustes promovidos pelo TCE, por entender que:

• tendo os Créditos Tributários sua contrapartida no Passivo - conta Depósitos de vários órgãos, entre os quais se destaca o Ipesc, cujo principal exemplo é o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, se o TCE exclui o seu valor do Ativo, deve fazê-lo também no correspondente valor do Passivo; e

• a conta Precatórios a Pagar deve estar no Passivo Permanente (não Financeiro) pois no Plano de Contas da União está classificada no Sistema Patrimonial, cuja convenção também se adotou no Estado.

d) **O TCE**, corretamente, concordou com a exclusão da contrapartida dos Créditos Tributários registrada no Passivo, mas, também corretamente, discordou da classificação dos Precatórios a Pagar no Passivo Permanente, pelas razões já expostas no Anexo V, concluindo, ao final de seus comentários às contra-razões da SEF, que **a insuficiência financeira ajustada foi de R$ 193,72 milhões de reais**;

e) Ante a insuficiência financeira apurada, por tratar-se do último ano de mandato, o TCE aponta a necessidade de verificação de eventual descumprimento do art. 42 da LRF e o conseqüente comprometimento da gestão fiscal de exercícios futuros;

f) Tal verificação por parte do TCE não foi possível até a apresentação do Parecer Prévio, em função da Secretaria de Estado da Fazenda não ter remetido a indispensável discriminação dos Restos a Pagar por fonte de recursos, sob o argumento de "inconsistências" nela contidas; e

g) Por essa razão o TCE concluiu que a verificação do cumprimento do art. 42 da LRF deva ser efetivamente feita por meio de auditoria ordinária específica.

Assim sendo, conclui este relator que, no exercício financeiro de 2006, **houve insuficiência financeira na ordem de R$ 193,72 milhões de reais** apurada nos moldes do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Poder Executivo, a qual enseja, por parte do TCE, a verificação do cumprimento do art. 42 da LRF em processo de auditoria ordinária específica, o qual, ao seu final, deverá ser encaminhado a esta Casa Legislativa para conhecimento.

Por fim, observa este relator, por questões didáticas, que o TCE, ao ajustar conclusões anteriores pelo acatamento de contra-razões da SEF, deve fazê-lo no correspondente item específico do Parecer Prévio e não apenas nos comentários das contra-razões.

Feitas as considerações acima, devo informar que não obstante as cinco Ressalvas do Poder Executivo, o Pleno do Tribunal de Contas **recomenda** a esta Assembléia Legislativa a **aprovação** das contas do Poder Executivo, da Assembléia Legislativa, do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual.

Todavia, numa rápida pesquisa realizada no *site* do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, este relator constatou que na apreciação das contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, as mesmas infrações cometidas pela Administração Pública Estadual e que não foram suficientes para a recomendação de rejeição das Contas, são motivos para a rejeição de contas da Administração Pública Municipal.

Como exemplo, dos 255 municípios com decisões já proferidas e divulgadas até a presente data, anexamos a decisão do Tribunal de Contas sobre as contas relativas ao exercício de 2006 dos municípios de Barra Velha, Campos Novos e Içara, que recomenda a rejeição pela ocorrência de Déficit Orçamentário para os dois últimos municípios e pela não-aplicação de percentuais legais na área da educação para o primeiro. (**Anexo VII - Decisões do Tribunal de Contas - Contas Municipais 2006**). Vale lembrar que a ocorrência de Déficit Orçamentário - motivo de parecer pela rejeição das contas dos municípios de Campos Novos e Içara - foi também ressalva nas Contas Estaduais que ora analisamos mas, na avaliação do TCE, motivo insuficiente para recomendar sua rejeição.

Percebe-se, assim, que o Tribunal de Contas não utiliza critérios uniformes na apreciação das contas da Administração Pública Estadual e das Contas Municipais.

A falta de tratamento isonômico na apreciação das Contas Públicas não pode justificar-se pela aplicação dos critérios estabelecidos na Portaria nº TC-233/03 (**Anexo VIII - Portaria nº TC-233/2003**), que define as irregularidades de ordem constitucional, legal, regulamentar e de caráter técnico-formal, classificando cada uma delas em gravíssimas, graves e leves, sendo que apenas as gravíssimas constituem fator de rejeição das contas, pois na análise dessas Contas o que deve prevalecer são os ditames constitucionais e legais que regem a matéria.

Dessa forma, embora não seja o escopo da presente análise, sugere este relator que o Tribunal de Contas adote na análise e apreciação das Contas Municipais tratamento isonômico ao utilizado para as Contas Estaduais.

Relativamente às Contas do próprio Tribunal de Contas do Estado, este relator faz os seguintes apontamentos:

1. Conforme as Informações Completas sobre a Tramitação da Proposição, extraídas do *site* da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, os Ofícios nºs 0048.2/2006, 0068.6/2006, 0072.2/2006 e 0005.2/2007, que tratam do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, referente ao 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre, 4º trimestre e Relatório Anual do Exercício de 2006, respectivamente, foram aprovados pela Comissão de Finanças e Tributação (**Anexo IX - Tramitação dos ofícios que tratam do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado - exercício de 2006**);

2. Os referidos Relatórios Trimestrais e Anual referentes ao ano de 2006, que o Tribunal de Contas do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa, atendem ao disposto no § 4º do art. 59 da Constituição Estadual, c/c o parágrafo único do art. 112 da Lei Complementar nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina), sendo compostos pelo Parecer do Controle Interno daquele órgão, de demonstrativos contábeis, de empenhos emitidos, de cópia dos processos licitatórios realizados, além do relatório das atividades realizadas pelo TCE;

3. A avaliação dos dados e informações neles contidos são suficientes para que esta **Comissão de Finanças e Tributação conclua pela aprovação das contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**.

VOTO:

Diante de todo o exposto e acatando a recomendação do Tribunal de Contas do Estado, apresento **VOTO** pela **APROVAÇÃO do Ofício Nº OF/0060.9/2007 e do competente Projeto de Decreto Legislativo em anexo, com encaminhamento de cópia deste Relatório e Voto e seus Anexos ao Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda.**

Sala da Comissão em,

Deputado Jorginho Mello
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO PDL/0001.4/2008

Aprova as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2006.

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2006, integradas pelas Contas do Poder Executivo, da Assembléia Legislativa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 09 de dezembro de 2008

Deputado Jorginho Mello
Relator

*** X X X ***